



CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO BOM  
O Poder Legislativo é o suporte da democracia

## **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO BOM/RS**

### **REVISÃO 2025**

#### **COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO REGIMENTO**

**Presidente:** João Paulo Berkembrock (MDB)

#### **Membros:**

Alexandre Hoffmeister (PP)

Celso Rodrigues (REPUBLICANOS)

Jorge Bellé (PL)

Michele Closs (PDT)

**Presidente da Câmara de Vereadores:** Kayanne Braga (PDT)

**RESOLUÇÃO Nº...****REVISA, ALTERA E CONSOLIDA O REGIMENTO INTERNO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM.**

**KAYANNE BRAGA**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Bom,

**FAZ SABER**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Campo Bom, em seu art. 46, que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente promulgada a seguinte **RESOLUÇÃO DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL**:

**Art. 1º**- A Resolução nº...que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Bom/RS, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único desta Resolução que dela fica fazendo parte integrante e inseparável.

**Art. 2º** Ficam revogadas todas as disposições em contrário que dispuserem sobre Regimento Interno, e de forma expressa a Resolução nº 04 de 01 de dezembro de 2015.

**Art. 3º**- Esta Resolução entra em vigor a partir do dia 1º de agosto de 2025.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**, 23 de junho de 2025.

Ver. Kayanne Braga

PRESIDENTE

**ANEXO ÚNICO**  
**REGIMENTO**  
**INTERNO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM – RS**

## **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES – DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Art. 1º** A Câmara Municipal é o Órgão Legislativo do Município que se compõe de Vereadores, eleitos nas condições e termos da legislação vigente.

§ 1º A Câmara Municipal de Campo Bom funciona em local próprio, sob sua administração, de conhecimento do público, com sede na Rua Lima e Silva, nº 68-A 363, CEP 93700-000, Campo Bom/RS.

**Art. 2º** A Câmara tem função precipuamente legislativa, e exerce atribuições de fiscalização e controle dos atos do Executivo e, no que lhe compete, pratica atos de Administração Interna. **(NR)**

§ 1º A Câmara Municipal exerce sua função legislativa por meio de:

**I** - propostas de emenda à Lei Orgânica;

**II** - projetos de lei;

**III** - projetos de decretos legislativo;

**IV** - projetos de resolução.

**Art. 3º** A função de fiscalização externa incluindo a contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das Entidades da Administração Indireta, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:

§ 1º A função legislativa consiste em deliberar, por meio de emendas à [Lei Orgânica](#), leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município

§ 2º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.

§ 3º A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

§ 4º A função de controle e de caráter político-administrativo se exerce sobre os atos do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Mesa do Legislativo e Vereadores.

§ 5º A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência, na forma prevista neste Regimento.

§ 6º Na constituição das comissões, assegurar-se-á tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos que participem de sua composição.

## **DAS SESSÕES LEGISLATIVAS**

**Art. 4º** A Câmara Municipal realizará as Sessões, em sua sede oficial.

**Art. 5º** As Sessões da Câmara serão Ordinárias, Extraordinárias, Solenes ou Comemorativas, e serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria absoluta da Câmara, quando ocorrer motivo relevante.

**I** - ordinariamente, de 1º a 31 de janeiro e de 1º de março a 20 de dezembro, no primeiro ano de cada legislatura, sendo que no segundo, terceiro e quarto ano da legislatura a Câmara reunir-se-á de 05 de fevereiro a 20 de dezembro;

**II** - extraordinariamente, quando convocada no recesso parlamentar ou no período ordinário;

**III** - solene, conforme disposições deste regimento.

**IV** – Comemorativas: se darão na última quarta-feira do mês e serão destinadas a homenagens.

§ 1º No início de cada legislatura, a Câmara Municipal reunir-se-á para sessão de instalação, no dia 1º de janeiro e para dar posse aos Vereadores, ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, eleger a Mesa.

§ 2º A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente nas segunda-feira às 18h.

§ 3º As reuniões de que trata o § 2º deste artigo, quando coincidirem em dias feriados ou que, por qualquer motivo, não possam ser realizadas naquele dia, não serão transferidas, tendo as matérias em tramitação sendo automaticamente colocadas em apreciação na sessão seguinte.

§ 4º. Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolvam ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão contra a honra ou contiverem incitamento a prática de crimes de qualquer natureza.

§ 5º As Sessões da Câmara, poderão ser realizadas fora de sua sede oficial; quando solenes, comemorativas, ou por deliberação de Plenário, nestes casos, devendo ser notificadas às autoridades competentes e a população em geral;

§ 6º Durante as Sessões somente os Vereadores e Assessores poderão permanecer no recinto do Plenário.

§ 7º A critério do Presidente, serão convocados os servidores da Câmara e assessores terceirizados, necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 8º A convite do Presidente, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, personalidade a que seja deferida homenagem e a representantes credenciados da imprensa que terão lugar reservado para esse fim.

§ 9º Verificada a presença de maioria absoluta dos membros da Câmara, o Presidente abrirá a Sessão; caso contrário aguardará durante 20 minutos, persistindo a falta de "quórum" a Sessão não será aberta, registrando-se em ata o ocorrido.

**Parágrafo único.** Não havendo "quórum" para deliberação o Presidente, depois de terminado os debates da matéria constante da Ordem do Dia, declarará encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da ata da Sessão, relacionando os Vereadores ausentes, para os fins regimentais.

§ 10º Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas funções, sem prévia autorização da Presidência.

**Art. 6º** Qualquer cidadão poderá assistir às Sessões da Câmara no recinto que lhe é reservado, desde que:

- I** - esteja decentemente trajado;
- II** - não porte armas;
- III** - permaneça em silêncio durante os trabalhos;
- IV** - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;
- V** - respeite os Vereadores;
- VI** - atenda às determinações da Mesa;
- VII** - não interpele os Vereadores.

§ 1º Pela inobservância destes deveres, poderá a Mesa, através da presidência, determinar a retirada do recinto, de todos ou de qualquer assistente sem prejuízo de outras medidas.

**Art. 7º** O policiamento do recinto da Câmara, compete privativamente à Presidência e será exercido por seus funcionários, podendo o Presidente, requisitar elementos de corporações civis ou militares, para manter a ordem interna, ou ainda se necessitar contratará segurança privada na forma da Lei.

§ 1º Se no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente. Não tendo ocorrido flagrante o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial, para instauração de inquérito.

### **CAPÍTULO III – DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA**

**Art. 8º** A Câmara Municipal instalar-se-á na data fixada na Constituição Federal, em Sessão Solene, que se realizará em horário a ser estabelecido pelo Presidente da Câmara, sob a Presidência do Vereador mais votado, entre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

§ 1º Os Vereadores presentes, legalmente diplomados, serão empossados e prestarão o seguinte compromisso:

"PROMETO EXERCER O MEU MANDATO COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, RESPEITANDO AS LEIS E PROMOVENDO O BEM COMUM DA COLETIVIDADE.

§ 2º O compromisso referido no § 1º será lido pelo Presidente dos trabalhos e repetirão os demais Vereadores. (NR)

§ 3º O Vereador que tomar posse em ocasião posterior e o suplente que assumir pela primeira vez, prestarão, previamente, o compromisso legal, com a entrega de seus diplomas e as respectivas declarações de bens.

a) Em caso de o suplente estar impossibilitado de comparecer a Câmara Municipal, o Presidente, juntamente com o Oficial Legislativo, poderá dar a posse, em local diverso.

§ 4º O Presidente em exercício, após a posse dos Vereadores, declarará instalada a Legislatura.

§ 5º Declarada a instalação da Legislatura, cabe ao Presidente em exercício convidar o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos para tomarem assento à Mesa, à direita do Presidente, a prestarem o compromisso exigido pela Lei Orgânica e os declarará empossados.

§ 6º Na hipótese de impossibilidade da posse do prefeito, na sessão de instalação da nova legislatura prevista no caput, será empossado o vice-prefeito; e se esse também não poderá assumir, assumirá o cargo de prefeito, o Presidente da Câmara, até a data da inexistência do impedimento da posse desses.

§ 7º Imediatamente depois da posse, os vereadores reunir-se-ão para o fim especial de eleger os componentes da Mesa.

## **DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA CAPÍTULO DA MESA**

**Art. 9º** Após a posse dos Vereadores, a reunião será suspensa por até 10 (dez) minutos, a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

**Art. 10** Reaberta a reunião e verificada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, passar-se-á imediatamente à eleição da Mesa Diretora, sob a Presidência do vereador mais votado entre os eleitos e com a presença de secretário *ad hoc*.

§ 1º. Não havendo número legal, o vereador mais votado entre os eleitos permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 2º Só poderão concorrer na eleição da mesa diretiva, os Vereadores presentes na sessão

**Art. 11** A Mesa, nas atividades de trabalho, compõe-se de Presidente, vice-presidente, primeiro Secretário e segundo Secretário e tem competência para dirigir, executar e disciplinar todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

§ 1º A Câmara elegerá os membros da Mesa, cabendo ao Vice- Presidente, e ao 2º Secretário, substituírem o presidente e o 1º secretário, respectivamente, nas hipótese de falta, impedimento ou ausência desses à sessão.

§ 2º Se após as substituições permanecer cargo vago, o Presidente convidará qualquer Vereador para assumir durante aquela sessão.

§ 3º Se na hora determinada para o início da Sessão, verificada a ausência dos Membros da Mesa e de seus substitutos legais, assumirá a Presidência, o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre os seus pares um Secretário.

§ 4º A Mesa assim composta, dirigirá normalmente os trabalhos até comparecimento dos membros da Mesa ou de seus substitutos legais.

§ 5º O mandato da mesa da Câmara de Vereadores será de um ano, não sendo



permitida reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.

**Art. 12** As funções dos membros da Mesa cessarão:

- I** - pela posse da Mesa eleita para o período legislativo seguinte;
- II** - pelo término do mandato;
- III** - pela renúncia apresentada por escrito;
- IV** - pela destituição;
- V** -pela morte de seus membros;
- VI** - pelos demais casos de extinção ou perda de mandato.

**Art. 13** Os membros da Mesa podem ser afastados ou destituídos dos cargos por irregularidades, regimentalmente apuradas.

§ 1º A destituição de membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, dependerá de Resolução aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara assegurado amplo direito de defesa, devendo a representação ser subscrita obrigatoriamente por Vereador.

§ 2º Em caso de renúncia, destituição ou vacância do Presidente, o Vice-Presidente poderá assumir cargo, sem prejuízo ao seu direito de concorrer ao mesmo cargo no ano subsequente.

**Art. 14.** A Mesa da Câmara, excluída a Sessão de posse, será eleita na última Sessão Ordinária do período legislativo. Posse automática no dia 01 de janeiro do ano seguinte.

**Art. 15.** A eleição da Mesa será feita por maioria simples dos membros da Câmara.

§ 1º A votação será secreta, mediante cédula padronizada, com a indicação das chapas que registrarem candidatura.

§ 2º As chapas, serão apresentadas para registro, no momento que antecede a eleição, junto à Mesa Diretiva.

§ 3º O mesmo Vereador poderá concorrer em apenas uma chapa inscrita.

§ 4º O Presidente em exercício terá direito a voto.

§ 5º O Presidente em exercício fará a leitura dos votos, determinando a sua contagem, proclamará a chapa vencedora, dando-se a posse no dia 01 de janeiro, em gabinete, com a presença mínima do presidente do exercício anterior e o que assumir.

§ 6º Em caso de empate na votação, será considerada eleita a chapa que tenha como

candidato a Presidente o Vereador mais idoso.

§ 7º Será considerado como um bloco único de representação partidária os partidos que integram federações nos termos da legislação eleitoral.

**Art. 16.** Vagando qualquer cargo da Mesa, ou a sua totalidade será realizada eleição para o seu preenchimento, no expediente da primeira Sessão Ordinária seguinte a verificação da vaga, com exceção do § 1º.

§1º. Na vacância do cargo de Presidente, a eleição deste cargo se dará apenas se o Vice-Presidente não tiver a intenção de assumir. Assumindo o Vice-Presidente, ocorrerá a eleição para o cargo vago.

§ 2º Em qualquer caso, a eleição é para completar o restante do prazo do mandato em curso e será procedida na forma prevista no artigo 24 deste Regimento Interno.

§3º Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á a eleição dos membros da nova Mesa, na Sessão Ordinária imediata àquela que se deu a renúncia, sob a presidência do Vereador mais votado entre os eleitos.

**Art. 17.** Além das atribuições consignadas neste Regimento Interno, ou dele implicitamente resultante, compete à Mesa a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara, especialmente:

I - propor privativamente Projetos de Lei visando a criação de cargos, funções necessárias aos serviços administrativos, assim como a fixação dos respectivos vencimentos, obedecidos os princípios da paridade;

II - propor crédito e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara de seus serviços;

III - tomar providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

IV - propor alterações ao Regimento Interno da Câmara;

IV- encaminhar as contas anuais da Mesa, juntamente com as do Executivo, ao Tribunal competente ou órgão estadual incumbido de tal fim;

V- orientar os serviços da Secretaria da Câmara;

VI- promulgar Emendas à Lei Orgânica Municipal e Atos da Mesa

VII- propor ação de inconstitucionalidade de Lei ou ato municipal frente à Constituição Estadual, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou Comissão;

VIII- promover ou adotar, em virtude de decisão judicial as providências necessárias de sua alçada, ou que se insiram na competência da Câmara;

IX- decidir conclusivamente, em grau de recurso, sobre matérias referentes ao ordenamento jurídico do pessoal e aos serviços administrativos da Câmara;

**X-** propor a fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, consoante o Art. 29, inciso V da Constituição Federal;

**XI-** propor privativamente à Câmara Projetos de Lei dispondo sobre:

- a) sua organização, funcionamento e polícia;
- b) regime jurídico de pessoal;
- c) criação, modificação ou extinção de cargos e funções;
- d) fixação da remuneração de seus servidores, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- e) aprovar propostas orçamentárias da Câmara observado os limites incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- f) aprovar Orçamento da Câmara;
- g) tomar conhecimento e emitir parecer sobre as proposições que visem modificar o Regimento Interno;
- h) decidir sobre recursos contra atos do Presidente.

**§ 1º** As decisões e determinações da Mesa de caráter normativo ou com efeito externo serão formalizadas mediante Ato da Mesa, identificada pela sigla AM, seguida do número de ordem e do indicativo do ano, numerados para cada legislatura.

**§ 2º** Sempre que possível às reuniões da Mesa serão acompanhadas por servidores como auxiliares diretos, para fornecer dados relativos à Administração da Casa e tomar providências para a execução do que for decidido, menos na parte que a reunião é exclusiva para os Vereadores.

**Art. 18.** Os membros da Mesa poderão reunir-se a fim de deliberar sobre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame, ou quando convocados pelo Presidente.

## **CAPÍTULO II - DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA**

**Art. 19.** Os serviços administrativos serão executados, sob a orientação da presidência e de sua mesa diretiva, e também pelo Diretor da Câmara.

**Art. 20.** A nomeação e exoneração e demais atos de administração do funcionalismo da Câmara, compete ao Presidente, de conformidade com a legislação vigente.

**Parágrafo Único.** A Câmara admitirá servidores em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal.

**Art. 21.** Poderão os Vereadores interpelar a Mesa sobre os serviços administrativos, em proposição encaminhada à Mesa, que deliberará sobre o assunto.

**Art. 22.** A correspondência oficial da Câmara será feita pelo Oficial Legislativo, sob a responsabilidade da Presidência.

**Parágrafo único.** Nas comunicações sobre deliberação da Câmara indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade ou maioria, ou por outro *quórum* qualificado exigido constitucionalmente, não sendo permitido à Mesa e a nenhum Vereador declarar-se voto vencido.

### **CAPÍTULO III - DOS VEREADORES**

#### **Seção I - Do Exercício do Mandato**

**Art. 23** Os Vereadores são agentes políticos, investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura, pelo sistema estabelecido na legislação pertinente.

**Art. 24** Compete ao Vereador:

**I** - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

**II** - votar na eleição da Mesa e das Comissões;

**III** - apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

**IV** - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;

**V** - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário;

**VI** - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou Órgãos da Administração Municipal, Direta ou Indireta e Fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas de âmbito municipal ou das comunidades representadas;

**VII** - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício de mandato ou atender a obrigações políticos partidárias de correntes de representação.

**I** - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

**II** - votar na eleição da Mesa e das Comissões permanentes;

**III** - apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

**IV** - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões;

**V** - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário;

**VI** - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou Órgãos da Administração Municipal, Direta ou Indireta e Fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas de âmbito municipal ou das comunidades representadas;

**VII** - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício de mandato ou atender a obrigações políticas partidárias de correntes de representação.

**Art. 25** São obrigações e deveres do Vereador:

- I** - Apresentar declaração de bens no ato da posse;
- II** - exercer as atribuições enumeradas no artigo anterior;
- III** - comparecer decentemente trajado às Sessões na hora prefixada;
- IV** - cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado;

**V** - comportar-se em Plenário com respeito, não conversando em tom que perturbe os trabalhos;

**VI** - licenciar-se quando vier a ocupar cargo em comissão junto ao Poder Executivo Municipal, ou quando não tiver condições de exercer o mandato, por questões de saúde ou de logística. **(NR)**

**§ 1º** Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações.

**§ 2º** Caso o Vereador pretenda utilizar meios eletrônicos para divulgação de áudio e vídeo de terceiros durante manifestação na tribuna, deverá ter prévia autorização da Presidência no período que anteceda a sessão;

**Art. 26.** Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, atitudes que devam ser reprimidas, a Presidência tomará conhecimento do fato e adotará as seguintes providências:

- I** advertência pessoal;
- II** - advertência em Plenário;
- III** - cassação da palavra;
- IV** - determinação para retirar-se do Plenário;
- V** - suspensão da Sessão, para entendimento na Sala da Presidência.

**Art. 27.** O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência nos seguintes casos:

**I** para desempenhar cargos e funções diretivas, de chefia ou assessoramente junto ao Poder Executivo Municipal. **(NR)**

**II** para tratamento de Saúde, pelo prazo recomendado em laudo médico;

**III** - para tratar de interesses particulares;

**IV** - para assuntos e motivos devidamente autorizados pelo Plenário da Câmara;

**V**- nas mesmas hipóteses e condições das licenças previstas no Regime Jurídico Único, aos servidores municipais (AC)

§ 1º A aprovação dos pedidos de licença dar-se-á no expediente da Sessão, sem discussão e terá preferência sobre qualquer outra matéria.

§ 2º O Vereador licenciado, poderá retornar a qualquer tempo.

§ 3º Dar-se-á a convocação de Suplente, sempre que houver vaga, impedimento ou licenciamento de Vereador.

§ 4º O Suplente de Vereador que estiver ocupando cargo de chefia, direção ou assessoramento junto ao Poder Executivo Municipal poderá declinar do convite para assumir a Câmara, sem perder o seu direito de assumir a qualquer tempo, observada a melhor classificação da suplência, ou, ainda, fazer um pedido por escrito, com justificativa de impossibilidade temporária por questões pessoais, permanecendo resguardado seu direito de assumir posteriormente, conforme a ordem de classificação.

§ 5º O Vereador em gozo de licença para tratamento de saúde será remunerado nos termos dispostos na legislação do Regime de Previdência Social.

§ 6º Para obtenção ou prorrogação da licença para tratamento de saúde, será necessário laudo de inspeção de saúde, firmado por médico integrante do respectivo serviço de saúde municipal, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício ativo do mandato.

§ 7º Em caso de incapacidade civil absoluta, julgada por sentença ou interdição comprovada mediante laudo médico passado por junta nomeada pela Mesa da Câmara, será o Vereador suspenso do exercício do mandato, enquanto durarem os seus efeitos.

§ 8º Caso o Vereador se negar a submeter-se ao exame de saúde, poderá o Plenário, a pedido do Presidente mediante proposição fundamentada, por deliberação da maioria absoluta dos seus membros, aplicar-lhe a medida suspensiva até a exibição do exame de saúde, aviado por médico credenciado pelo Regime de Previdência Social.

§ 9º O suplente de vereador, quando convocado para assumir, terá obrigação de assumir a vaga, exceto nas hipóteses do § 4º ou na impossibilidade de condições de saúde, devidamente comprovada, sob pena da perda de seu direito ao mandato, conforme disposto no art. 13.

#### **Da Perda de Mandato**

**Art. 28.** As vagas de vereador verificar-se-ão em virtude de:

- I** - cassação;
- II** - extinção;

§ 1º A cassação do mandato de Vereador dar-se-á mediante o devido processo, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos casos e de acordo com o processo disciplinado em lei federal.

§ 2º O [Decreto Lei Federal nº 201](#), de 27 de fevereiro de 1967, regulamenta os casos e procedimento previsto no §1º.

**Art. 29** A extinção do mandato em virtude de faltas às Sessões obedecerá ao seguinte procedimento:

**I** - constatado que o Vereador incidiu, no número de faltas previsto no Art. 25 IV da Lei Orgânica Municipal, o Presidente comunicar-lhe-á este fato por escrito e, sempre que possível, pessoalmente, a fim de que apresente a defesa que tiver, no prazo de 5 (cinco) dias;

**II** - findo esse prazo, apresentada a defesa, ao Presidente compete deliberar a respeito;

**III** - não apresentada a defesa no prazo previsto ou julgada improcedente, o Presidente declarará extinto o mandato, na primeira Sessão subsequente.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, computa-se a ausência dos Vereadores mesmo que a Sessão não se realize por falta de quórum, excetuados somente aqueles que compareceram e assinaram o respectivo livro de presença.

§ 2º Considera-se não comparecimento, para além do previsto no parágrafo anterior, quando o vereador não observar a regra prevista no art. 99, §2º deste Regimento.

**Art. 30.** A renúncia de Vereador far-se-á por ofício dirigido a Câmara, reputando-se aceita, independentemente de votação, desde que seja lido em Sessão Pública e conste na ata.

## **Do Presidente**

**Art. 31.** O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas, competindo-lhe privativamente, além das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e por este Regimento Interno:

**I - quanto as atividades legislativas:**

**a)** cientificar os Vereadores da convocação das Sessões Extraordinárias com antecedência mínima de 48 horas;

**b)** determinar, por requerimento do autor a retirada de proposição que ainda não tenha parecer da Comissão;

**c)** não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes a proposição inicial;

**d)** declarar prejudicada a proposição, em face da rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;

**e)** expedir os Projetos às Comissões e incluí-los na pauta;

**f)** zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos as Comissões e ao Prefeito;

**g)** nomear os membros das Comissões Especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhes substitutos;

**h)** declarar a perda de lugar de membro das Comissões quando este não comparecer a 03 (três) reuniões das comissões, consecutivas ou não, salvo licenças legalmente concedidas, sem prejuízo à incursão das demais sanções previstas no Regimento Interno;

**i)** despachar requerimentos;

**j)** determinar o seu arquivamento ou desarquivamento, nos termos regimentais;

**l)** assegurar os meios e condições necessárias ao pleno funcionamento das Comissões;

**m)** convidar o relator ou outro membro da Comissão, quando necessário para esclarecimento de parecer;

**n)** julgar recurso contra decisão do Presidente de Comissão em questão de ordem, ouvida a Comissão de Justiça.

**II - quanto às Sessões:**



**a)** convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as Sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente Regimento Interno;

**b)** determinar ao Secretário competente a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara;

**c)** determinar de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;

**d)** declarar a hora destinada ao Expediente ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;=

**e)** anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante;

**f)** conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos do Regimento Interno, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;

**g)** interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à ordem, e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda, suspender a Sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

**h)** chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;

**i)** estabelecer o ponto da questão sobre o qual devem ser feitas as votações;

**j)** anunciar o que se tenha de discutir ou votar e anunciar o resultado das votações;

**k)** mandar consignar em ata a decisão do Plenário; **(NR)**

**l)** resolver sobre os requerimentos que por este Regimento Interno forem de sua alçada;

**m)** resolver, soberanamente, qualquer questão de ordem ou submetendo-a ao Plenário, quando omissa o Regimento Interno;

**n)** manter a ordem no recinto da Câmara, advertir os assistentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar a força necessária para esses fins;

**o)** encerrar a Sessão, convocando os Edís para a próxima;

**p)** organizar a Ordem do Dia da Sessão subsequente.

**III** - quanto à Administração da Câmara Municipal:

**a)** prover e declarar a vacância dos cargos e demais atos e efeitos individuais relativos aos servidores da Câmara;

**b)** superintender o serviço da Câmara, autorizar nos limites do Orçamento as despesas e requisitar o numerário ao Executivo;

**c)** proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara de acordo com a legislação pertinente;

**d)** determinar a abertura de sindicância e inquéritos administrativos;

**e)** rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria;

**f)** providenciar a expedição de certidões que lhe forem solicitadas relativas a despachos, atos ou informações a que os mesmos, expressamente se refiram;

**g)** fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos da Câmara.

**IV** - quanto às relações externas da Câmara:

**a)** dar audiências públicas na Câmara, em dias e horas pré-fixadas;

**b)** superintender e censurar a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo expressões vedadas pelo Regimento Interno;

**c)** manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito com Prefeito e demais autoridades;

**d)** agir judicialmente em nome da Câmara, ad referendum ou por deliberação do Plenário;

**e)** encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formulados pela Câmara, na forma deste Regimento Interno;

**f)** encaminhar ao Prefeito os pedidos de convocação de Secretários Municipais ou Dirigentes de Unidades Administrativas da administração direta e/ou indireta do Município para prestarem informações; . **(NR)**

**g)** dar ciência ao Prefeito em 48 horas sob pena de responsabilidade, sempre que se tenham esgotado os prazos previstos para a apreciação de Projetos do Executivo sem deliberação da Câmara, ou rejeitados os mesmos na forma regimental;

**h)** promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as Leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário.

**Art. 32.** Compete, ainda, ao Presidente:

**I** - executar as deliberações do Plenário;

**II** - assinar a Ata das Sessões, os Editais, as Portarias e o Expediente da Câmara;

**III** - dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus, da Mesa ou da Câmara;

**IV** - dar posse aos Vereadores que não forem empossados no primeiro dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores, presidir a Sessão de Eleição da Mesa para o período legislativo seguinte e dar-lhe posse;

**V** - declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei;

**VI** - substituir o Prefeito, no impedimento deste e do Vice-Prefeito, ou sucedê-lo, completando o seu mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos termos da legislação pertinente.

**Art. 33.** O Presidente somente poderá votar na eleição da Mesa Diretora, e quando a matéria exigir *quórum* qualificado ou se houver empate.

**Art. 34.** O Presidente da Câmara não poderá fazer parte das Comissões Permanentes.

**Art. 35.** Quando o Presidente se omitir ou exorbitar das funções que lhe são atribuídas neste Regimento, qualquer Vereador poderá reclamar sobre o fato, cabendo-lhe recurso do ato ao Plenário.

§ 1º O Presidente deverá cumprir a decisão soberana do Plenário sob pena de destituição.

§ 2º O recurso seguirá a tramitação indicada neste Regimento Interno.

**Art. 36.** O Vereador, no exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado.

**Art. 37.** O Presidente como responsável pelo Poder Legislativo, poderá não aceitar proposições evidentemente eivadas de inconstitucionalidade ou ilegalidade ou tomar atitudes que representem claro prejuízo para o Município, devendo em caso de dúvida, requerer manifestação preliminar de assessoria.

**Parágrafo único.** Quando o Presidente se omitir ou exorbitar das funções que são atribuídas neste Regimento Interno, qualquer Vereador poderá reclamar sobre o fato, cabendo-lhe recurso do ato ao Plenário, após parecer da Comissão de Justiça.

**Art. 38.** O Presidente da Câmara de Vereadores fará jus à verba de representação, não podendo ser superior a 30% (trinta por cento) de seus subsídios, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

### **Do Vice-Presidente**

**Art. 39.** Nos casos de licença ou impedimento do Presidente, o Vice-Presidente ficará investido na plenitude das funções da Presidência.

**Parágrafo único.** Compete, ainda, ao Vice-Presidente, promulgar leis na hipótese de ausência do Presidente.

### **Dos Secretários**

**Art. 40.** Compete ao 1º Secretário:

**I** – Fazer a verificação do Quorum na abertura da Sessão, confrontá-la com o registro de presença, anotando os que compareceram e os que faltaram, e outras ocorrências relevantes ocorridas as sessões.

**II** - fazer a chamada dos Vereadores nas outras ocasiões determinadas pelo Presidente;

**III** - ler a ata, quando a leitura for requerida, ler o expediente do Prefeito e de outras origens, bem como as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da Câmara;

**IV** - Verificar se a ata está de acordo com os atos da sessão legislativa, e assiná-la juntamente com o Presidente; (NR);

**V** - inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regimento;

**Parágrafo único.** Poderá o Presidente, solicitar ao Secretário Executivo da Câmara que faça a leitura dos expedientes.

**Art. 41.** Compete ao 2º Secretário: auxiliar e substituir o 1º Secretário nas licenças, impedimentos e ausências.

## CAPÍTULO II - DAS COMISSÕES

**Art. 42.** As Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara, assegurada tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que a integram.

§ 1º As Comissões são partes integrantes da estrutura institucional da Câmara, co-partícipes e agentes do processo legislativo e destinam-se, em caráter permanente ou transitório:

- a) proceder a estudos;
- b) emitir pareceres especializados;
- c) apreciar assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles emitir parecer ou opinar;
- d) exercer o acompanhamento dos planos e programas de governo;
- e) exercer a fiscalização orçamentária do Município, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;
- f) realizar investigações e representar o Legislativo.
- g) Realizar audiências públicas e fóruns de debate
- h) propor o projeto do Plano Plurianual da Câmara, que abrangerá quatro exercícios, encaminhando-o ao Executivo até o dia 15 (quinze) de junho, do primeiro ano da nova legislatura;
- i) Após a audiência pública do Poder Executivo examinar e emitir parecer sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.

**Art. 43.** As Comissões poderão estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre o que for submetido à sua apreciação, e poderão ser denominadas:

- a) permanentes
- b) temporárias
- c) especiais

- d) de representação
- e) processante.

**Art. 44.** As Comissões Permanentes tem por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre ele a sua opinião e preparar, por iniciativa própria ou indicação do Plenário, Projetos de Lei atinentes à sua especialidade.

§ 1º As Comissões Permanentes são 03 (três) compostas de 03 (três) Vereadores, com as seguintes denominações:

- I – Constituição, Justiça e Redação
- II – Orçamento e Finanças.
- III - Ética

§ 2º A proporcionalidade da representação partidária será observada nas Comissões Permanentes pela totalidade de seus integrantes, cabendo aos Líderes, estabelecerem a composição partidária de cada uma.

**Art. 45.** As Comissões Permanentes serão integradas pelos Vereadores indicados pelos respectivos partidos.

§ 1º Far-se-á a votação para as Comissões, mediante acordo de lideranças, indicando-se os nomes dos Vereadores, a legenda partidária e as respectivas Comissões, salvo se houver acordo entre os vereadores.

§ 2º Não podem ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes que não estejam em exercício.

§ 3º O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 01 (uma) Comissão Permanente.

§ 4º A eleição será realizada no período do expediente da primeira Sessão do início de cada período Legislativo, logo após a discussão e votação da Ata.

§ 5º Na hipótese de não haver candidatos suficientes, caberá ao Presidente a indicação, não cabendo ao vereador renunciar, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo presidente.

**Art. 46.** Para a eleição das comissões permanentes, no ato de inscrição das chapas, devem já estar nomeados presidente, secretário e relator .

§ 1º O Presidente da Comissão será substituído pelo Secretário e este pelo Relator.

§ 2º Os membros das Comissões serão destituídos, se não comparecerem a 03 (três) reuniões consecutivas, sem prejuízo da aplicação da pena prevista no inciso IV do art. 194.

**Art. 47.** Nos casos de vaga, licença ou impedimento dos membros da Comissão caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, sempre da mesma legenda partidária, por indicação do respectivo Líder, exceto se a bancada tiver um único Vereador.

**Art. 48.** Compete aos Presidentes das Comissões:

- I** - determinar o dia de reunião da Comissão e a Ordem dos Trabalhos, dando ciência à Mesa, de suas deliberações que serão consignadas em livro próprio;
- II** - convocar reuniões extraordinárias da Comissão;
- III** - presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;
- IV** - receber a matéria destinada à Comissão; **(NR)**
- V** - zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;
- VI** - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário.

§ 1º O Presidente somente poderá ser Relator nas materiais em que o relator da comissão for o autor da proposição em análise na comissão, e terá sempre direito a voto.

§ 2º Dos atos do Presidente cabe a qualquer membro da Comissão, recurso ao Plenário.

**Art. 49.** Compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário, nos seguintes casos:

- I** – aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais ou de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Casa, para efeito de admissibilidade e tramitação;
- II** – admissibilidade de propostas de emenda à Lei Orgânica Municipal;
- III** – qualquer assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário, por outra Comissão ou em razão de recurso previsto neste Regimento;
- IV** – exercício dos Poderes Municipais;
- V** – desapropriações;

**VI** – transferência temporária da sede do Governo;

**VII** – nos casos em que o Plenário da Câmara assim o deliberar. (AC)

**§ 1º** Concluindo a Comissão de Justiça pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de uma proposição, esta terá sua tramitação suspensa, com a comunicação dessa conclusão ao autor, acompanhada de cópia do parecer, podendo este, no prazo de 5 (cinco) dias, recorrer ao Plenário, para que este delibere sobre a inconstitucionalidade que, se acolhida, será declarada prejudicada, com o arquivamento da proposição.

**§ 2º** É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça nas hipóteses previstas neste Regimento, ressalvados os projetos que tramitam em regime de urgência. (NR)

**§ 3º** Tratando-se de inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade parcial, ou de vício de composição, erro gramatical ou de técnica legislativa, a Comissão corrigirá o vício por meio de:

**I** – emenda, nas hipóteses de inconstitucionalidade ou ilegalidade parcial;

**II** – correção de erro material, nas hipóteses de erro gramatical ou de técnica legislativa.

**§ 4º** Compete-lhe, ainda, elaborar a redação final dos projetos aprovados.

**Art. 50.** Compete à Comissão de Finanças emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre:

**I** – a proposta orçamentária;

**II** – a prestação de contas do Prefeito e da Mesa da Câmara;

**III** – as proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao Erário Municipal ou interfiram no crédito público;

**IV** – os balancetes e balanços do Executivo e Legislativo Municipal, com o objetivo de acompanhar o andamento das despesas públicas; (NR)

**V** – as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

**Art. 51.** Ao Presidente da Câmara incumbe, dentro do prazo improrrogável de 03 (três) dias, a contar da data do conhecimento das proposições pelo Plenário, encaminhá-las à Comissão competente para exarar parecer.



§ 1º. Tratando-se de projeto de iniciativa do Prefeito para o qual tenha sido solicitada urgência, ou que decorra de convocação de Sessão Extraordinária, fica dispensado o Parecer prévio.

§ 2º. Se houver a necessidade ou conveniência de parecer de Comissão Permanente, de acordo com a matéria, essa poderá ser convocada pelo presidente da Câmara durante a sessão ordinária ou extraordinária, mediante suspensão de até 30 minutos para manifestação da(s) Comissão(ões) pertinente(s), mediante aprovação do plenário.

**Art. 52.** O prazo para as Comissões exararem parecer será de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento do projeto, salvo decisão em contrário do Plenário.

§ 1º Findo o prazo, sem que o parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer.

§ 2º Findo o prazo, sem que a comissão designada tenha emitido seu parecer, o Presidente da Câmara designará uma Comissão Especial de 03 (três) membros para exarar parecer dentro do prazo improrrogável de 06 (seis) dias.

§ 3º Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, a matéria será incluída na Ordem do Dia para deliberação.

§ 4º Para a Redação Final, o prazo da Comissão de Justiça, será de cinco dias, exceto quando o projeto de lei houver tramitado em regime de urgência ou votado em sessão extraordinária, quando o prazo será reduzido para dois dias da data da aprovação.

§ 5º Quando se tratar de projeto de iniciativa do Prefeito, em que tenha sido solicitado caráter de urgência, o Plenário deliberará acerca do mesmo, na Sessão que for distribuído, caso aprovado a urgência.

**Art. 53.** O parecer das Comissões a que for submetida à proposição concluirá, sugerindo a sua adoção ou a sua rejeição, as emendas ou substitutivos que julgar necessário.

**Art. 54.** O parecer das Comissões deverá, obrigatoriamente, ser assinado por todos os membros ou, ao menos, pela maioria, devendo o voto vencido ser apresentado em separado, indicando a restrição feita, não podendo os membros da Comissão, sob pena de responsabilidade, deixar de subscrever os pareceres.

**Art. 55.** No exercício de suas atribuições, as Comissões poderão convocar pessoas interessadas, tomar depoimentos, solicitar informações e proceder a todas as diligências que julgarem necessárias ao esclarecimento do assunto, requerer estudos técnicos, perícias, pareceres, conforme necessidade e com objetivo de aprofundar a matéria para melhor deliberação.

**Art. 56.** Poderão as Comissões requisitar do Prefeito por intermédio do Presidente da Câmara, independentemente de discussão e votação todas as informações que julgarem necessárias ao estudo das proposições.

§ 1º Sempre que a Comissão solicitar informações ao Prefeito, fica suspenso o prazo para elaboração do parecer até o máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual, a Comissão apresenta seu parecer.

§ 2º O prazo não será suspenso quando se tratar de projeto de iniciativa do Prefeito, em que foi solicitada urgência. Neste caso, a Comissão que solicitou as informações poderá apresentar seu parecer até 48 (quarenta e oito) horas após as respostas do Executivo, desde que o processo ainda se encontre em tramitação.

§ 3º Cabe ao Presidente da Câmara diligenciar junto ao Prefeito para que as informações solicitadas sejam atendidas no menor espaço de tempo possível.

**Art. 57.** As Comissões Especiais serão de caráter permanente, divididas em quatro categorias abaixo especificadas:

- a) Direitos Humanos: refere-se a educação, saúde, assistência social, direitos da pessoa idosa, criança, adolescente e mulher, esporte e cultura;
- b) Desenvolvimento Municipal: refere-se a segurança, mobilidade urbana, trânsito, habitação e desenvolvimento econômico;
- c) Direitos dos animais e proteção ambiental: refere-se a controle populacional animal, fiscalização de maus-tratos, adaptação e mudanças climáticas;
- d) Homenagens.

§ 1º As Comissões Especiais serão compostas por 05 (cinco) membros.

§ 2º Cabe ao plenário da Câmara designar os Vereadores que devam constituir as Comissões, consultando-se as Bancadas, observada, tanto quanto possível a proporcionalidade partidária.

§ 3º As Comissões Especiais, tem prazo da primeira sessão legislativa do ano até a data da última sessão do ano.

§ 4º A Comissão de Homenagens tratará sobre a pauta das sessões comemorativas, respeitando as leis vigentes referente as celebrações desta matéria, tanto quanto, os acordos realizados com os Vereadores para suas indicações de homegeados.

## **Seção II - Das Comissões Temporárias**

**Art. 58.** As Comissões temporárias podem ser constituídas com finalidades específicas, e se extinguem no prazo de 90 (noventa), iniciando a contagem a partir da sua instalação, devendo, até o fim deste período, ser emitido relatório sobre as atividades desempenhadas e a conclusão dos trabalhos.

§ 1º Por motivo devidamente justificado, pode ser requerido para votação em plenário, a dilação do prazo por mais por mais 30 (trinta) dias, para ao final ser emitido o relatório das atividades.

§ 2º As Comissões temporárias serão compostas no mínimo por 05 (cinco) membros.

§ 2º Nomeada a Comissão temporária, terá esta, prazo improrrogável de 15 dias para sua instalação;

§ 3º A Comissão que não se instalar ou concluir os trabalhos dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, será declarada extinta.

**Art. 59.** As Comissões Temporárias poderão ser classificadas como:

- I** - Comissão de Assuntos Relevantes;
- II** - Comissão de Representação;
- III** - Comissão Processante;
- IV** - Comissão Parlamentar de Inquérito.

### **Subseção II – Da Comissão de Assuntos Relevantes**

**Art. 60.** Comissões de Assuntos Relevantes são aquelas que se destinam à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º As Comissões de Assuntos Relevantes serão constituídas mediante apresentação de Projeto de Resolução, aprovado por maioria simples.

§ 2º O Projeto de Resolução a que alude o parágrafo anterior, independentemente de parecer, terá uma única discussão e votação na ordem do dia da mesma sessão de sua apresentação.

§ 3º O Projeto de Resolução que constitui a Comissão de Assuntos Relevantes deverá indicar, necessariamente:

- I - a finalidade, devidamente fundamentada;
- II - o número de membros, não superior a cinco;
- III - o prazo de funcionamento.

§ 4º Ao Plenário caberá indicar os Vereadores que comporão a Comissão de Assuntos Relevantes, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos.

§ 5º O primeiro ou o único signatário de Projeto de Resolução que propõe a criação da Comissão de Assuntos Relevantes obrigatoriamente dela fará parte, na qualidade de seu Presidente.

§ 6º Concluídos seus trabalhos, no prazo previsto no Art. 58, a Comissão de Assuntos Relevantes elaborará parecer sobre a matéria, o qual será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira Sessão Ordinária subsequente.

§ 7º Do parecer será extraída cópia digital ao Vereador que a solicitar, pela Secretaria da Câmara.

§ 8º Se a Comissão de Assuntos Relevantes deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo, conforme § 1º do Art. 58.

§ 9º Não caberá constituição de Comissão de Assuntos Relevantes tratar de assuntos de qualquer outra Comissão já instalada.

## **Subseção II – Da Comissão de Representação**

**Art. 61.** As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos que tenham relação com as atividades parlamentares que atendam o interesse público em prol do Município.

§ 1º As Comissões de Representação serão constituídas:

I - mediante Projeto de Resolução, aprovado por maioria simples e submetido à discussão e votação única na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de sua apresentação, se acarretar despesas;

II - mediante simples requerimento, submetido à discussão e votação única na fase do expediente da mesma Sessão de sua apresentação, quando não acarretar despesas.

§ 2º No caso do inciso I do parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvida a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, no prazo de três dias, contados da apresentação do projeto respectivo.

§ 3º Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

I - a finalidade;

II - o número de membros, não superior a cinco;

III - o prazo de duração.

§ 4º Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara, que poderá, a seu critério, integrá-la ou não, observada sempre que possível, a representação proporcional dos Partidos.

§ 5º A Comissão de Representação será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários da Resolução que a criou, quando dela não fizer parte o Presidente ou Vice-Presidente da Câmara.

§ 6º Os membros da Comissão de Representação, constituída nos termos do inciso I, do parágrafo primeiro deste artigo, deverão apresentar ao Plenário relatório das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, quando houver, no prazo de dez dias após o término.

### **Subseção III – Da Comissão Processante**

**Art. 62.** As Comissões Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades:

I - apurar infrações político-administrativas do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967;

**II** - destituição dos membros da Mesa, nos termos deste Regimento.

**Art. 63.** A Comissão Processante instituída com fundamento no inciso I do artigo anterior observará as normas de processo e julgamento previstas no Decreto Lei Federal nº 201/1967, ou outro que venha a lhe substituir

### **Subseção V - Da Comissão Parlamentar de Inquérito**

**Art. 64.** A Comissão Parlamentar de Inquérito destina-se a apurar irregularidades sobre fato determinado que se incluam na competência municipal.

**Art. 65.** A Comissão Parlamentar de Inquérito será constituída mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara e deverá ser aprovada em Plenário por maioria absoluta.

**Parágrafo único.** O requerimento de constituição deverá conter:

**I** - especificação do fato ou dos fatos a serem apurados;

**II** - o número de membros que integrarão a Comissão, não podendo ser inferior a três;

**III** - o prazo de seu funcionamento, que não poderá ser superior a 90 dias, correrá, inclusive, durante o recesso parlamentar;

**IV** - a indicação, se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

**Art. 66.** Preenchidos os requisitos previstos nesta Subseção, o Presidente da Câmara:

**I** - nomeará, de imediato, o autor da proposição como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, sendo os demais Membros sorteados entre os Vereadores desimpedidos;

**II** - mediante Ato, criará a Comissão Parlamentar de Inquérito;

**II** - publicará o Ato de constituição no Diário Oficial.

**§ 1º** Consideram-se impedidos os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que forem indicados para servir como testemunhas.

§ 2º Não havendo número de Vereadores desimpedidos suficiente para a formação da Comissão, as vagas serão preenchidas por meio de sorteio entre os Vereadores que inicialmente se encontravam impedidos.

§ 3º Os Vereadores que assinarem o Requerimento para instituição de Comissão

Parlamentar de Inquérito, em nenhuma hipótese, poderão recusar-se em participar da mesma, salvo se estiverem impedidos.

**Art. 67.** Composta a Comissão Parlamentar de Inquérito, seu Presidente designará, desde logo, Relator e Membros.

**Art. 68.** Caberá ao Presidente da Comissão designar local, horário e data das reuniões e requisitar funcionário, se for o caso, para secretariar os trabalhos da Comissão.

§ 1º As reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito serão públicas, reservadas ou secretas.

§ 2º As reuniões serão reservadas quando a matéria puder ser discutida na presença de funcionários a serviço da Comissão, membros credenciados e terceiros devidamente convidados.

§ 3º As reuniões serão secretas quando a matéria a ser apreciada somente permitir a presença de Vereadores e Vereadoras, ressalvada a presença de advogado do depoente, quando de sua oitiva. Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um dos seus membros, salvo deliberação em contrário.

§ 4º A Comissão poderá reunir-se em qualquer local.

**Art. 69.** As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

**Art. 70.** Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente, contendo também assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

**Parágrafo único.** Os atos previstos neste artigo também podem ser transcritos e autuados por meio de processo digital.

**Art. 71.** Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto:

I - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

**II** - transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

**Parágrafo único.** É de 15 (quinze) dias prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

**Art. 72.** No exercício de suas atribuições, poderá, ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

**I** - determinar as diligências que reputarem necessárias;

**II** - tomar o depoimentos, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

**III** - solicitar explicações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 73.** Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por menor ou igual prazo e o requerimento for aprovado pelo Plenário, em Sessão Ordinária.

**Parágrafo único.** Esse requerimento considerar-se-á aprovado se obtiver o voto favorável de um terço dos membros da Câmara.

**Art. 74.** A Comissão concluirá seus trabalhos por relatório final, que deverá conter:

**I** - a exposição dos fatos submetidos à apuração;

**II** - a exposição e análise das provas colhidas;

**III** - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

**IV** - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes;

**V** - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

**Art. 75.** Considera-se relatório final o elaborado pelo Relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

**Art. 76.** Rejeitado o relatório a que se refere o artigo anterior, considera-se relatório final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão.



**Art. 77.** O relatório será assinado, primeiramente, por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros da comissão.

**Parágrafo único.** Poderá o membro da comissão exarar seu voto em separado, nos termos do § 3º, do art. 99, deste Regimento.

**Art. 78.** Elaborado e assinado o relatório final, será protocolado na Secretaria da Câmara, para ser lido em Plenário, na fase do expediente da primeira Sessão Ordinária subsequente.

**Art. 79.** O relatório final independará de apreciação do Plenário, devendo o Presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

### **CAPÍTULO III - DO PLENÁRIO**

**Art. 80.** O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara sendo constituído pela reunião dos Vereadores no exercício do mandato em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º O local é o recinto da Câmara;

§ 2º A forma legal para deliberar é a Sessão, regida pelos dispositivos referentes à matéria, estatuídos em leis ou neste Regimento

§ 3º O número é o *quórum* determinado em Lei ou no Regimento Interno para a realização das Sessões e para as deliberações ordinárias especiais.

**Art. 81.** As deliberações do Plenário serão tomadas por:

I - maioria simples;

II - maioria absoluta;

III - maioria de 2/3 (dois terços).

§ 1º A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os votantes presentes à Sessão.

§ 2º A maioria absoluta é a que compreende mais da metade dos membros da Câmara.

**Art. 82.** Ao Plenário cabe deliberar sobre as matérias de competência da Câmara Municipal.

§1º Compete à Câmara Municipal de Vereadores, dentro da independência característica do Poder Legislativo e em harmonia com o Executivo:

I - legislar sobre matérias que lhe são atribuídas pela [Constituição Federal](#), Estadual e [Lei Orgânica Municipal](#);

II - exercer a fiscalização e controle político-administrativo sobre pessoas e órgãos referidos na Lei Orgânica;

III - assessorar, através de indicações e pedidos de providências, o Poder Executivo Municipal;

IV - exercer sua autoadministração, na forma da Lei Orgânica.

§ 2º Compete privativamente a Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

I - eleger a Mesa, bem como destituí-la, na forma deste Regimento;

II - elaborar e modificar o Regimento Interno;

III - organizar sua estrutura administrativa, dispor sobre os seus serviços; **(NR)**

IV - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) ou do País, por qualquer tempo; **(NR)**

V - zelar pela preservação de sua competência, sustando os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o Poder regulamentando;

VI - julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito; **(NR)**

VII - fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo;

VIII - convidar os Secretários Municipais, ou os responsáveis pela Administração, para prestarem informações e esclarecimentos sobre matéria de sua competência, previamente informadas;

IX - criar Comissões Especiais de Inquérito;

X - conceder Título de Cidadão Campo-bonense;

XI - conceder Menção Honrosa a cidadão de reconhecida contribuição de interesse municipal, assim reconhecida pela Câmara Municipal; **(NR)**

XII - dispor sobre sua organização e funcionamento, observando a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII - emendar a Lei Orgânica;

XIV - prorrogar suas Sessões;

XV - mudar temporariamente sua sede;

XVI - propor a fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, consoante o Art. 29, inciso V da Constituição Federal;

XVII - apreciar os Vetos do Prefeito;

**XVIII** sugerir ao Prefeito e aos Governos do Estado e da União, medidas convenientes ao interesse do Município;

**XIX** propor a fixação do subsídio dos Vereadores em cada legislatura para a subsequente, observando o que dispõe esta Constituição Federal no Art. 29, inciso VI.

## **CAPÍTULO XX – DOS LÍDERES**

**Art. 83.** Líderes são os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para expressar em Plenário, em nome delas, o seu ponto de vista sobre os assuntos em debate.

§ 1º Na ausência dos Líderes ou por deliberação destes falarão os Vice- Líderes.

§ 2º Os Partidos devem protocolar na Secretaria da Câmara, ou encaminharem à Mesa, os nomes de seus Líderes e Vice- Líderes.

§ 3º Poderá o Poder Executivo indicar o líder e o vice-líder de governo mediante ofício remetido à Mesa Diretora ou à Presidência.

§ 4º Ao líder e vice-líder do governo serão estendidas as mesmas prerrogativas previstas no *caput* e § 1º deste artigo.

## **TÍTULO III - DAS PROPOSIÇÕES**

### **CAPÍTULO I - DAS PROPOSIÇÕES EM GERAL**

**Art. 84.** São Proposições:

- I-projeto de Emenda à Lei Orgânica;
- II-projeto de Lei Complementar;
- III-projeto de Lei Ordinária;
- IV-projeto de Decreto Legislativo;
- V- projeto de Resolução;
- VI- substitutivo, emenda e subemenda;
- VII- Indicações;
- VIII- Requerimentos;
- IX- Pedido de Providência;
- X- Pedido de Informações;
- XI- Recursos;

## **XII-Moções.**

**Parágrafo único:** O o pedido de providência independe de deliberação em plenário.

**Art. 85.** A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que:

- I** - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara;
- II** - delegar, a outro Poder, atribuições privativas do Legislativo
- III**- faça referência à Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua tramitação;
- IV** - faça menção à cláusula de contrato ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;
- V**- seja redigida de modo que não se saiba, à simples leitura, qual a providência objetivada;
- VI** - seja anti-regimental.
- VII** - contrariar dispositivos das Constituições Federal e Estadual ou da Lei Orgânica do Município;
- VIII** - contenha expressão ofensiva ou formule críticas a pessoas ou a outro poder;
- IX** - que tenha sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa e não seja subscrita pela maioria absoluta da Câmara, no caso de projeto de lei;
- X** - quando se tratar de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada, que não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

**Parágrafo único.** Da decisão da Mesa caberá recurso ao Plenário, que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Justiça, Redação e Serviços Municipais, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário.

## **CAPÍTULO II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES**

**Art. 86.** A proposição poderá ser apresentada individualmente ou coletivamente.

**§ 1º** Para fins de tramitação, considera-se autor o identificado como primeiro signatário, sendo os demais signatários apoiadores.

§ 2º As assinaturas de apoio, quando constituírem quórum para apresentação, não poderão ser retiradas após a proposição ter sido encaminhada à Mesa ou protocolada na Secretaria Administrativa.

§ 3º Quando se tratar de proposição de iniciativa de Comissão, são autores os integrantes desta.

§ 1º As assinaturas que se seguiram a do autor, são consideradas de apoio, não implicando na concordância dos signatários com o mérito da proposição subscrita.

§ 2º As assinaturas de apoio não poderão ser retiradas após a entrega da proposição à Mesa.

**Art. 87.** Os processos serão organizados pela Secretaria da Câmara.

**Art. 88.** Toda propositura dos Vereadores que necessite de encaminhamento do Plenário, obrigatoriamente deverá ser solicitada junto à Secretaria Administrativa por meio físico ou eletrônico até às 10h do último dia útil que antecede a sessão, para análise do Presidente e possível inclusão em sua pauta.

**Parágrafo único.** Exclui-se do disposto no *caput*:

- I – As proposições encaminhadas pelo Executivo;
- II - os requerimentos de urgência;
- II - os demais casos resolvidos pela Presidência;

**Art. 89.** Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa fará reconstituir o respectivo processo, pelos meios a seu alcance, e providenciará a sua tramitação.

**Art. 90.** O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, antes de votada, a retirada de sua proposição.

1º Se a matéria ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, compete ao Presidente deferir o pedido.

§ 2º Se a matéria já estiver incluída na Ordem do Dia com os pareceres, compete ao Plenário a decisão.

§ 3º Quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos subscritores da proposição.

**Art. 91.** O Prefeito poderá retirar sua proposição em qualquer fase da elaboração legislativa.

**Parágrafo único.** A proposição que constar na Ordem do Dia, só poderá ser retirada pelo Prefeito Municipal através do líder de governo.

**Art. 92.** Ao final de cada legislatura a Mesa fará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura que não tenham sido submetidas à deliberação do Plenário, sendo facultado os seus autores a renovação das mesmas, que serão apreciados na Sessão Ordinária subsequente. (NR)

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos Projetos de Lei oriundos do Executivo, que deverá ser consultado a respeito.

§ 2º Cabe a qualquer Comissão ou mediante 1/3 dos Vereadores, através requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento do projeto e o reinício da tramitação regimental.

**Art. 93.** A matéria constante de Projeto, rejeitado ou não sancionado, só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores. (NR)

## **DA PREJUDICIALIDADE**

**Art. 94** Prejudicialidade é a condição em que incorrem certas proposições, face à rejeição ou aprovação pela Câmara de outras da mesma natureza.

**Art. 95.** Consideram-se atos prejudicados e serão arquivados por determinação do Presidente:

**I** - proposição idêntica à outra em tramitação;

**II** - proposição principal e as emendas, quando houver substitutivo aprovado;

**III** - emenda de conteúdo igual ou contrário ao de outra já aprovada;

**IV** - emenda de conteúdo igual ao de outra rejeitada;

**V** - o requerimento com a mesma finalidade já aprovado ou rejeitado, no intervalo de 60 (sessenta) dias, salvo se consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou respondido de forma insuficiente ou resultante de modificação da situação anterior;

**VI** - a moção com idêntica finalidade de outra já aprovada.

**Parágrafo único.** Os atos prejudicados serão declarados de ofício pelo Presidente ou a requerimento de Vereador, nos termos deste Regimento.

## **DA PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA**

**Art. 96.** Proposta de emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a modificar, suprimir ou acrescentar dispositivo à Lei Orgânica do Município.

**Art. 97.** A Câmara apreciará proposta de emenda à Lei Orgânica desde que apresentada:

**I** - por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara;

**II** - pelo Prefeito.

**Parágrafo único.** Não serão aceitas propostas de emenda à Lei Orgânica:

**I** - na vigência de intervenção estadual, estado de sítio ou estado de defesa;

**II** - que proponha a abolição da federação, do voto direto, secreto e universal e periódico, da separação dos poderes e dos direitos e garantias constitucionais.

**Art. 98.** A proposta de emenda à Lei Orgânica será submetida a dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias e será aprovada pelo quórum de dois terços dos membros da Câmara.

**Art. 99.** Aplicam-se à proposta de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuído nesta seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite a apreciação dos projetos de lei.

**Art. 100.** A matéria constante de proposta de emenda à Lei orgânica que for rejeitada, não poderá ser novamente proposta na mesma sessão legislativa.

**Parágrafo único.** Considera-se rejeita a proposta de emenda à Lei Orgânica que:

**I** - não tenha sido recebida pelo Presidente por não cumprir as condições necessárias;

**II** - que receber parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sendo o parecer mantido pelo plenário;

**III** - rejeitada pelo plenário da Câmara Municipal.

## **CAPÍTULO II - DOS PROJETOS EM GERAL**

**Art. 101.** Toda a matéria legislativa de competência da Câmara será objeto de Projeto de Lei; toda matéria administrativa ou política administrativa sujeita à deliberação da Câmara será objeto de Resolução ou Decreto Legislativo.

**Art. 102.** Projeto de Lei é a proposição, sujeita à sanção do Prefeito, que disciplina matéria de competência do Município.

**Parágrafo único.** A iniciativa dos Projetos de Lei será:

**I** - do Vereador;

**II** - da Mesa da Câmara;

**III** - das Comissões Permanentes;

**IV** - do Prefeito;

**V** - de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado.

**Art. 103.** Na tramitação de Projetos de Lei que denominarem ruas, avenidas, parques, bairros, bem como quaisquer outros logradouros públicos da cidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação antes de apreciar o mérito do projeto de lei, requisitará ao Executivo, através da Mesa da Câmara, as informações necessárias, a fim de evitar dupla denominação, assim como buscar a prova da existência do bem público a ser denominado.

**Art. 104** A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Art. 105.** São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

- a)** criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, exceto da Câmara de Vereadores;
- b)** organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração direta e indireta do Município; **(NR)**
- c)** servidores públicos do Executivo Municipal, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;



**d)** criação e extinção de Secretarias Municipais, e órgãos da administração pública, observado o disposto na Lei Orgânica;

### **Dos Projetos de Decreto Legislativo**

**Art. 106.** Projeto de Decreto Legislativo é a proposição que disciplina matéria de exclusiva competência da Câmara, produzindo efeitos externos, sujeita a promulgação do Presidente da Câmara, dispensada a sanção do Prefeito.

**Parágrafo único.** São objetos de Projeto de Decreto Legislativo, que dependerão de deliberação do plenário, entre outros:

- I** - decisão sobre as contas anuais do Prefeito;
- II** - autorização quando o Prefeito ausentar-se do Município por mais de 15 dias;
- III** - concessão de títulos de cidadão honorário do Município;
- IV** - outras formas autorizadas em lei e neste Regimento.

**Art. 107.** Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa, e versará sobre a sua Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores, dispensada a sanção do Prefeito.

**Parágrafo único.** São objetos de Projeto de Resolução, entre outros:

- I** - regimento interno e suas alterações;
- II** - organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal;
- III** - destituição de membro da Mesa;
- IV** - conclusões de Comissão de Inquérito, quando for o caso;
- V** - julgamento de recursos;
- VI** - demais atos de economia interna da Câmara.

### **Das Indicações, dos Pedidos de Providência e dos Pedidos de Informação**

**Art. 108.** Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

**Parágrafo único.** Não é permitido dar forma de indicação a assuntos reservados por este regimento, por se constituírem objeto de outro tipo de proposição.

**Art. 109.** As indicações serão lidas no expediente, deliberadas no plenário e encaminhadas a quem de direito, independentemente de parecer.

**Parágrafo único.** Uma vez apresentada indicação sobre uma medida de interesse público, não poderá ser apresentada outra indicação sobre a mesma medida sem que esta seja atrelada aquela já apresentada anteriormente, no período de 6 (seis) meses.

**Art. 110.** Pedido de providência é a proposição pela qual o Vereador pode pedir ou sugerir medidas de caráter político-administrativo aos órgãos públicos, prestadores de serviços e concessionárias.

**Art. 111.** Pedido de informação é a proposição na qual o Vereador solicita esclarecimentos, por escrito, ao Executivo, sobre assuntos referentes à Administração, a serem prestados no prazo de trinta dias, a contar do protocolo do pedido.

**Art. 112.** Requerimento é todo pedido verbal ou escrito dirigido ao Presidente da Câmara, sobre assunto determinado, por Vereador ou Comissão.

**Art. 113.** Serão verbais, e não dependerão de discussão e votação, sendo imediatamente resolvidos pelo Presidente os requerimentos que solicitem:

- I** - a palavra ou a sua desistência;
- II** - retificação da ata;
- III** - inscrição de declaração de voto em ata;
- IV** - observância de dispositivo regimental;
- V** - verificação de votação e presença;
- VII** - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- VIII** - retirada, pelo autor, de proposição sem parecer da Comissão;
- IX** - prejudicialidade da matéria;
- X** - suspensão da sessão, por prazo certo, para reunião de Comissão;
- XI** - suspensão da sessão, para anúncio de presença de autoridade executiva ou legislativa;

**XII** - requisição de documento, processo ou publicação necessária ao esclarecimento de matéria em discussão;

**XIII** - preferência.

**Art. 114.** Serão verbais e dependem da aprovação do Plenário os requerimentos que solicitem:

**I** - retirada pelo autor de proposição com parecer desfavorável;

**II** - prorrogação da Sessão;

**III** - encerramento de discussão;

**IV** - recurso contra decisão de Questão de Ordem pelo Presidente.

**Art. 115.** Serão escritos e decididos de plano pelo Presidente os requerimentos que solicitem:

**I** - juntada ou desentranhamento de documento;

**II** - renúncia de membro da Mesa;

**III** - informações em caráter oficial sobre atos da Mesa ou da Câmara;

**Art. 116.** Serão escritos e dependem de discussão e votação do Plenário os requerimentos que solicitem:

**I** - inserção nos anais da Câmara de documento não oficial;

**II** - urgência, retirada de urgência e adiamento de votação;

**III** - realização de sessão extraordinária, solene ou especial;

**IV** – convite para Secretário Municipal apresentar-se na Sessão para tratar de assunto específico previamente agendado;

**V** - destinação de parte da sessão para comemoração ou homenagem;

**VI** - constituição de Comissão Temporária ou de Representação Externa.

§ 1º. Durante a Ordem do Dia, só será admitido requerimento que diga respeito estritamente à matéria nela incluída, sendo votado antes da proposição o requerimento a ela pertinente.

§ 2º Caso o Secretário Municipal compareça a sessão para tratar de assunto específico previamente informado, cada Vereador poderá inscrever-se para fazer um questionamento, pelo tempo de 2 (dois) minutos.

## **DAS MOÇÕES**

**Art. 117.** Moções são proposições da Câmara a favor ou contra determinado assunto.

§ 1º As moções podem ser de:

I - protesto;

II - repúdio;

III - apoio;

IV - congratulações e aplausos.

§ 2º A moção será subscrita por, no mínimo, um terço dos Vereadores, e será lida e despachada para votação na Ordem do Dia, independentemente de parecer de Comissão.

§ 3º Nos 3 (três) meses que antecedem as eleições municipais os pedidos de moção estarão suspensos.

## **DOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS**

**Art. 118.** Substitutivo é o projeto apresentado para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto e que o modifique substancialmente, não podendo, entretanto alterar-lhe a finalidade e respeitando a competência de iniciativa exclusiva.

§ 1º Não é permitido ao Vereador ou Comissão apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

§ 2º Sendo aprovado o substitutivo, o projeto original ficará prejudicado; no caso de rejeição, tramitará normalmente.

**Art. 119.** Emenda é a proposição acessória que visa adicionar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo da proposição principal.

**Art. 120.** As emendas podem ser aditivas, modificativas, substitutivas ou supressivas.

§ 1º Aditiva é a emenda que propõe um acréscimo ao artigo, parágrafo, inciso ou alínea da proposição inicial.

§ 2º Modificativa é a que se refere apenas à redação da proposição, sem alterar-lhe a substância.

§ 3º Substitutiva é a que propõe a substituição de artigo, parágrafo, inciso ou alínea do projeto.

§ 4º Supressiva é a que propõe a supressão, parcial ou total, de artigo, parágrafo, inciso ou alínea da proposição.

§ 5º A emenda apresentada a outra emenda, denomina-se subemenda.

§ 6º As emendas e subemendas recebidas serão discutidas pelo Plenário e, se aprovadas, o projeto original será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que lhe dará nova redação, na forma do aprovado.

**Art. 121.** Os substitutivos, emendas e subemendas serão recebidos até a primeira ou única discussão do projeto original.

§ 1º Os substitutivos, emendas e subemendas recebidos serão enviadas às Comissões Permanentes para pareceres, e após serem emitidos, serão discutidos e votados antes do projeto original, em turno único de votação.

§ 2º Apresentado o substitutivo por Comissão competente, será enviado às outras Comissões que devem ser ouvidas a respeito e será discutido e votado, preferencialmente, antes do projeto original.

§ 3º A apresentação de substitutivos, emendas e subemendas não renova os prazos regimentais para que as Comissões se manifestem, mas apenas determina às mesmas uma nova apreciação da matéria, dentro de um prazo não superior a 5 (cinco) concomitantes para todas as Comissões competentes.

**Art. 122.** Os Projetos de Lei a serem apreciados em Sessão Extraordinária poderão receber substitutivos, emendas e subemendas até o momento anterior a sua votação.

**Parágrafo único.** Na hipótese do *caput* do presente artigo, obrigatoriamente, substitutivo, emenda e subemenda deverão tramitar sob o regime de urgência simples.

**Art. 123.** Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 1º O autor do projeto do qual o Presidente tiver recebido substitutivo, emenda ou subemenda estranhos ao seu objeto terá o direito de recorrer ao Plenário da decisão do Presidente.

§ 2º Idêntico direito de recurso contra ato do Presidente que não receber substitutivo, emenda ou subemenda caberá ao seu autor.

§ 3º As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto serão destacadas para constituírem projeto em separado, sujeitos à tramitação regimental.

§ 4º O substitutivo estranho à matéria do projeto tramitará como projeto novo.

**Art. 124.** Não serão admitidas emendas que impliquem aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvado o disposto no [artigo 166, parágrafo 3º e 4º, da Constituição Federal](#);

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

### **DA MENSAGEM RETIFICATIVA DO PODER EXECUTIVO**

**Art. 125** O Prefeito Municipal poderá encaminhar mensagem retificativa às proposições de sua iniciativa, antes de as mesmas receberem parecer das Comissões.

§ 1º Alterada a proposição na forma do *caput*, reiniciar-se-á sua tramitação, devendo ser incluída, com a alteração da proposta, na pauta da primeira sessão a se realizar após o recebimento da mensagem.

§ 2º Os prazos constitucionais e regimentais de tramitação do projeto passam a contar da data do recebimento da mensagem pela Câmara Municipal.

### **DO RECURSO**

**Art. 126** Caberá recurso ao Plenário, dentro do prazo improrrogável de dez dias, de decisão do Presidente, da Mesa ou das Comissões, nos casos previstos neste regimento.

§ 1º O recurso será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para opinar e elaborar Projeto de Resolução.

§ 2º Apresentado o parecer, em forma de Projeto de Resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será ele submetido a uma única discussão e votação na ordem do dia da primeira Sessão Ordinária a se realizar após sua leitura.

§ 3º Aprovado o recurso, o recorrido deverá observar a decisão do Plenário e cumpri-lo fielmente.

§ 4º Rejeitado o recurso, a decisão recorrida será integralmente mantida.

**Art. 127.** Não serão conhecidos os recursos que não satisfizerem as exigências regimentais, quanto ao prazo de interposição e que não contenham justificativa adequada.

## **DAS SESSÕES EM GERAL**

**Art. 128.** As Sessões terão a duração máxima de 04 (quatro) horas, exceto as solenes, podendo ter a interrupção de 10 minutos entre o final do Grande Expediente e o início da ORDEM DO DIA, podendo ser prorrogada por iniciativa do Presidente ou a pedido verbal de qualquer Vereador, sempre com aprovação do Plenário.

§ 1º O pedido de prorrogação será para tempo determinado ou para encerrar a discussão de proposição em debate.

§ 2º O prazo máximo de pedido de prorrogação é de 1 (uma) hora, respeitado o limitado ao prazo estabelecido no caput.

**Art. 129.** As Sessões compõe-se de seis partes:

- a) Pequeno Expediente;
- b) Grande Expediente;
- c) Ordem do Dia;
- d) Comunicação de Líderes;
- e) Explicações Pessoais.

**Art. 130.** Entende-se como comparecimento do Vereador às Sessões, se efetivamente participou integralmente da ordem do dia.

§ 1º Considera-se não comparecimento, se o Vereador apenas assinou o livro de presença e ausentou-se sem participar Sessão integralmente da ordem do dia.

§ 2º O Vereador que não comparecer à Sessão ou assinar o livro de presença e ausentar-se, antes do encerramento da ordem do dia, perderá o subsídio proporcional

## **DAS SESSÕES EXTRAORDIÁRIAS**

**Art. 131.** As Sessões Extraordinárias poderão ser convocadas pelo Prefeito, pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, justificando o motivo, durante o período de funcionamento normal da Câmara e no período de recesso legislativo.

§ 1º A convocação, sempre que possível, far-se-á em Sessão, de ofício pelo Presidente, caso em que será comunicada, por escrito, apenas aos ausentes.

§ 2º Em qualquer outro caso, a convocação será feita e levada ao conhecimento dos Senhores Vereadores ou assessor devidamente nomeado, pelo Presidente da Câmara, através de comunicação por meio eletrônico cadastrado por meio de termo de consentimento na secretaria da Câmara.

§ 3º As Sessões Extraordinárias realizar-se-ão em qualquer hora, podendo também ser realizadas em domingos e feriados.

§ 4º Serão convocadas com a antecedência mínima de 48 horas, salvo caso de extrema urgência comprovada.

§ 5º Na impossibilidade de presença física do vereador à sessão extraordinária, durante período do recesso parlamentar, devidamente justificada ao Oficial Legislativo, poderá o mesmo participar da sessão por meio virtual, através de link de acesso a ser disponibilizado pela Direção da Câmara Municipal.

§ 6º Para a pauta da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária, deverão os assuntos ser predeterminados no ato da convocação, sendo vedado o exame de matéria estranha a da convocação.

§ 6º- A sessão extraordinária será reservada, exclusivamente, à apreciação do(s) projeto(s) de lei(s) constantes da convocação, na ordem do dia, sem expedientes. **(NR)**

§ 7º Nas Sessões Legislativas Extraordinárias, a Câmara Municipal deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada, sendo aplicável a compensação conforme Art. 13 § 2º da Lei Orgânica Municipal.

§ 8º A ausência injustificada dos vereadores às Sessões Extraordinárias, solenes e comemorativas implicará no desconto proporcional.

## **DAS SESSÕES SOLENES OU COMEMORATIVAS**



**Art. 132.** As Sessões Solenes ou Comemorativas serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, para o fim específico que lhes for determinado.

**Parágrafo único.** As Sessões Solenes ou Comemorativas poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e não haverá expediente, sendo dispensada a leitura da ata, não havendo tempo determinado para o encerramento.

**Art. 133.** Será dada ampla publicidade às Sessões da Câmara facilitando-se o trabalho da imprensa, publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no Quadro de Avisos da Câmara ou de forma que a Mesa deve dar a publicidade.

**Art. 134.** As Sessões Comemorativas, quando convocadas, serão realizadas na última quarta-feira do mês.

### **DO PEQUENO EXPEDIENTE**

**Art. 135.** O Pequeno Expediente destina-se para a aprovação da Ata da Sessão anterior, à leitura resumida da matéria oriunda do Executivo ou de outras origens e a apresentação de proposições pelos Vereadores.

**Art. 136.** As proposições deverão ser encaminhadas à Secretaria da Câmara, até as 11h da sexta-feira anterior ao dia da Sessão, cabendo à Secretaria da Câmara lançá-las no sistema de acesso aos vereadores, para conhecimento e apreciação. **(NR)**

§ 1º Encerrada a leitura das proposições no Pequeno Expediente, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressaltando o caso de urgência, reconhecido pelo Plenário.

§ 2º Dos documentos apresentados no Pequeno Expediente serão dadas cópias, quando solicitadas aos interessados.

§ 3º Até as 12h de segunda-feira, a Secretaria da Câmara encaminhará aos Vereadores e respectivas Bancadas, cópia das proposições apresentadas e a pauta com a Ordem do Dia a ser apreciada na próxima Sessão.

### **DO GRANDE EXPEDIENTE**

**Art. 137.** As inscrições para o Grande Expediente serão feitas pelos veradores em até 1 minuto após o presidente anunciar a abertura das inscrições para o Grande Expediente, exceto para o Presidente, que poderá ter sua inscrição assegurada a qualquer momento.

**Parágrafo único.** A palavra será concedida aos Vereadores por sorteio, sendo esta cancelada quando o Orador estiver ausente do Plenário, ou caso haja solicitação à presidência por impossibilidade de inscrição. Fica vedada uma segunda inscrição para falar na mesma fase da Sessão. (NR)

## **DA ORDEM DO DIA**

**Art. 138.** Findo o Grande Expediente, por se ter esgotado o tempo ou por falta de oradores, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º Sendo realizadas a verificação de presença a Sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º Não se verificando o "quórum" regimental, o Presidente aguardará 5 minutos, após declarará encerrada a Sessão.

**Art. 139.** Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia.

**Parágrafo único.** Não se aplicam às disposições deste artigo às Sessões Extraordinárias convocadas, às matérias em regime de urgência, e a requerimento que se refiram a ocorrência com a matéria em discussão ou votação.

**Art. 140.** O Secretário lerá a matéria que se houver de discutir e votar, podendo a leitura ser dispensada, a requerimento aprovado pelo Plenário.

**Art. 141.** A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação:

I - Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, para os quais tenha sido solicitada urgência;

II - requerimento apresentado nas Sessões anteriores ou na própria Sessão em Regime de Urgência;

III - Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, sem a solicitação de urgência;

IV - Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo;

V - Projeto de Resolução, de Decreto Legislativo e de Origem Legislativa;

VI - Resolução;

**VII** - Moções apresentadas pelos Vereadores na Sessão anterior;

**VIII** - Moções de Comissões Municipais de outros Municípios.

**Parágrafo único.** Na inclusão de Projetos na Ordem do Dia, observar-se-á a ordem de estágio da discussão: redação final, discussão e votação.

**Art. 142.** A discussão da matéria da Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, preferência, adiamento ou vistas solicitadaspor requerimento apresentado até o momento da votação, mediante aprovação do Plenário.

## **COMUNICAÇÃO DE LÍDERES**

**Art. 143.** Encerrada a Ordem do Dia será aberto o prazo de um minuto para a inscrição dos líderes das bancadas, com período de comunicação de cinco minutos.

**Art. 144.** O tempo destinado à comunicação de Lider será destinado exclusivamente a este, ficando vedada a concessão do espaço a outro vereador ou para aparteamento.

**Parágrafo Único** - O assunto a ser abordado no espaço destinado à Comunicação de Líderes, ficar restrito à materia de ordem político partidária, não podendo o lider usar este espaço como continuidade de assuntos já tratados no Grande Expediente e ou na ordem do dia.

## **DO LIDER DE GOVERNO E DE SUA COMUNICAÇÃO**

**Art. 145.** Compete ao Líder de Governo:

**I** - dispor da Comunicação de Líder, conforme prevê o parágrafo único do art. 47 deste Regimento Interno, apenas para a defesa de interesse do Governo;

**II** - manifestar-se nas Comissões para esclarecer matérias de iniciativa de Governo, quando solicitado ou por iniciativa própria;

**III** - fazer a interlocução com o Governo para esclarecimentos, atendimento de diligências e, se for o caso, modificação de matérias que estejam em tramitação na Câmara e que sejam de iniciativa do Prefeito;

**IV** - requerer o desarquivamento de matérias de iniciativa do Governo;

**V** - participar de reunião da Mesa Diretora, quando houver convocação.

**Art. 146.** Fica assegurada a palavra ao Líder de Governo, ao final do Grande Expediente, da Ordem do Dia e da Comunicação de Líderes, pelo prazo de até 5 minutos em cada um dos momentos, para abordar assunto tratado em cada uma dessas partes da Sessão.

**Art. 147.** O Líder de Governo será indicado pelo Prefeito para representá-lo na Câmara de Vereadores, não podendo a indicação recair sobre o seu Presidente.

### **DAS EXPLICAÇÕES PESSOAIS**

**Art. 148.** Na Explicação Pessoal, o Presidente colocará livre a palavra aos Vereadores pelo sistema eletrônico da Casa, podendo discorrer sobre qualquer assunto, pelo tempo de 5 minutos.

**Parágrafo Único-** Poderá o vereador a quem for concedida a palavra, permitir apartes pelo prazo máximo de um minuto cada, tempo esse que não será acrescentado ao seu prazo de 5 minutos.

**Art. 149.** Concluídas as Explicações Pessoais o Presidente dará por encerrado os trabalhos, convocando os Vereadores para a próxima Sessão.

### **DA REDAÇÃO FINAL E AUTÓGRAFOS**

**Art. 150.** Terminada a votação, o projeto e as emendas serão encaminhados à Diretora Legislativa, para a elaboração da redação final e após à Mesa, para a remessa dos autógrafos ao Executivo.

**§ 1º** Verificada na redação final inexatidão material, lapso ou erro manifesto no texto, a Mesa determinará as correções necessárias, comunicando-as imediatamente ao plenário.

**§ 2º** Verificada a inexatidão, lapso ou erro, após a remessa de autógrafos ao Executivo, o fato será comunicado imediatamente pelo Presidente ao Prefeito, através de ofício, com o pedido de devolução do expediente para a necessária correção.

**Art. 151.** Os autógrafos serão elaborados em tantas vias quantas forem necessárias, e a sua remessa ao Prefeito será feita por ofício do Presidente, dentro de dois dias úteis, após a aprovação da redação final, de forma a fixar claramente a data de entrega para a contagem dos prazos para sanção, promulgação e veto.

**Parágrafo único.** O início da contagem dos prazos dar-se-á no dia da entrega dos autógrafos ao Executivo, mediante recibo assinado.

## **DAS ATAS**

**Art. 152.** De cada Sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º As proposições e documentos apresentados em Sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se refira, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente, que necessariamente deferirá.

**Art. 153.** A ata da Sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores para verificação durante as 8 horas que antecederem o início da Sessão.

§ 1º Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte.

§ 2º Qualquer Vereador poderá requerer a retificação da ata, ou sua impugnação motivadamente.

§ 3º Feita à retificação da ata ou aceita a sua impugnação, será lavrada uma nova ata.

§ 4º Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente e 1º Secretário.

**Art. 154.** A ata da última Sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação, com qualquer número, antes de encerrar-se a Sessão.

## **DO USO DA PALAVRA**

**Art. 155.** Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender as seguintes determinações regimentais quanto ao uso da palavra:

**I** - exceto o Presidente, deverão falar de pé, salvo quando, solicitar autorização para falar sentado;

**II** - dirigir-se sempre ao Presidente ou ao Plenário, voltado para a Mesa, salvo quando responder à aparte;

**III** - não usar da palavra sem solicitá-la e sem receber o consentimento do Presidente;

**IV** - referir-se ao dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Senhor ou Senhora ou Vossa Excelência.

**Art. 156.** O Vereador só poderá falar:

**I** - para apresentar retificação ou impugnação da ata;

**II** - no Expediente, quando inscrito na forma regimental;

**III** - para discutir matéria em debate;

**IV** - para apartear, na forma regimental;

**V** - para levantar questão de ordem;

**VI** - para encaminhar a votação;

**VII** - para justificar a urgência de requerimento;

**VIII** - para justificar o seu voto;

**IX** - para apresentar requerimento.

**Art. 157.** O Vereador que solicitar a palavra deverá, inicialmente, declarar o fim, dentre os enumerados no artigo anterior, sendo vedado:

**I** - o uso da palavra com finalidades diversas de que foi enunciado;

**II** - desviar da matéria em debate;

**III** - falar sobre matéria vencida;

**IV** - usar de linguagem imprópria;

**V** - ultrapassar o tempo que lhe competir;

**VI** - deixar de atender às advertências do Presidente.

**Art. 158.** O Presidente solicitará ao Orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

**I** - para leitura de requerimento de urgência;

**II** - para comunicação importante à Câmara;

**III** - para recepção de visitantes;

**IV** - para votação de requerimento de prorrogação da Sessão;

**V** - para atender ao pedido de palavra "pela ordem", para propor questão de ordem regimental.

**Art. 159.** Quando mais de um Vereador solicitar a palavra, simultaneamente, o Presidente a concederá obedecendo a seguinte ordem de preferência:

**I** - ao autor;

**II** - ao relator;

**III** - ao autor da Emenda.

**Parágrafo único.** Cumpre ao Presidente conceder a palavra alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate, quando não prevalecer à ordem determinada neste Capítulo.

## **DO APARTE**

**Art. 160.** Aparte é a interrupção breve, cortês e oportuna, para indagação, contestação ou esclarecimento sobre matéria em debate.

§ 1º O Vereador ao solicitar o aparte ao seu par, deverá formular o pedido, só se pronunciando se houver a concessão por parte do orador que estiver ocupando a tribuna.

§ 2º Concedido o aparte, o tempo do orador que estiver ocupando a tribuna será descontado e o Vereador solicitante terá dois minutos para se pronunciar.

§ 3º O aparteante deve permanecer sentado ao proferir seu aparte e durante a manifestação do apartado.

§ 4º Não será registrado o aparte antirregimental.

§ 5º É vedado o aparte:

**I** - a qualquer pronunciamento do Presidente, quando no Exercício do cargo;

**II** - paralelo ao discurso ou sem licença do orador;

**III** - por ocasião do encaminhamento de votação, questões de ordem ou comunicação urgente;

**IV** - quando o orador, antecipadamente, declarar que não o concederá.

**Art. 161.** Aos oradores são concedidos os seguintes prazos para suas manifestações:

**I** - 02 (dois) minutos para apresentar retificações ou impugnação da ata;

**II** - 10 (dez) minutos para falar no Grande Expediente;

**III** - 05 (cinco) minutos para a exposição de urgência especial de requerimento;

**IV** - 05 (cinco) minutos para debate de projetos a ser votado;

**V** - 05 (cinco) minutos para discussão de emendas a projeto de lei;

**VI** - 05 (cinco) minutos para Comunicação de Líder;

**VII** - 05 (cinco) minutos para explicações pessoais;

**VIII** - 05 (cinco) minutos para Tribuna Popular.

**Parágrafo Único** Não prevalecem os prazos estabelecidos neste artigo, quando este Regimento explicitamente determinar outro.

**Art. 162.** O uso da palavra poderá ser concedida à convidados e autoridades visitantes, à critério do Presidente, à qualquer momento da sessão, momento em que os trabalhos serão suspensos pelo prazo de até 15 minutos para recepção, e manifestação da autoridade ou convidado especial.

**Parágrafo Único-** Decorrido o prazo regimental, os trabalhos serão retomados à partir do momento de sua suspensão, podendo o convidado ou autoridade permencer em local a ser designado pelo Presidente, ou afastar-se da sessão, querendo.

## **DAS QUESTÕES DE ORDEM**

**Art. 163.** Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do Regimento Interno, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º As Questões de Ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º Não observando o proponente o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não tomar em consideração a questão levantada.

**Art. 164.** Cabe ao Presidente resolver soberanamente as Questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la na Sessão em que for requerida.

**Parágrafo único.** Cabe ao Vereador recurso da decisão que será encaminhada à Comissão de Justiça, cujo parecer será submetido ao Plenário.



## DAS DISCUSSÕES

**Art. 165.** Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário, que precede à votação.

§ 1º Salvo disposição expressa em contrário, as Proposições serão discutidas uma só vez.

§ 2º Havendo mais de uma Proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá a ordem cronológica de apresentação.

**Art. 166.** Durante a discussão, debater-se-á cada projeto separadamente.

§ 1º Nesta fase da discussão é permitida a apresentação de Substitutivos e Emendas.

§ 2º Apresentado o Substitutivo pela Comissão competente ou pelo próprio autor, será votado preferencialmente em lugar do Projeto; sendo o Substitutivo apresentado por outro Vereador, o Plenário deliberará sobre a suspensão da votação para envio à Comissão competente.

§ 3º Deliberando o Plenário o prosseguimento da discussão, ficará prejudicado o substitutivo.

§ 4º As Emendas e ou substitutivos serão encaminhadas à Comissão de Justiça, para a elaboração de novo texto.

§ 5º A requerimento de qualquer Vereador aprovado pelo Plenário, poderá o Projeto ser discutido de forma generalizada.

**Art. 167.** A urgência dispensa as exigências regimentais, salvo a de "*quórum*" legal e a da Comissão, para que determinada proposição deva ser apreciada.

§ 1º O parecer da(s) Comissão(ões) poderá ser dispensado no caso de projeto de lei submetido à apreciação e votação em regime de urgência ou de votação em Sessão Extraordinária.

§ 2º A tramitação de Projeto de Lei em regime de urgência somente será deferida mediante aprovação do Plenário, acompanhado de necessária justificativa e proposto:

I- pela Mesa;

II- por Comissão, em assunto de sua especialidade;

**III-** por 1/3 dos Vereadores;

**IV-** pelo Poder Executivo.

§ 3º O pedido de urgência efetuado pela Mesa, poderá ser efetuado verbalmente.

**Art. 168.** Preferência é a primazia na discussão de uma Proposição sobre outra, requerida por escrito e aprovada pelo Plenário.

§ 1º O substitutivo tem preferência na votação sobre o projeto e o substitutivo de Comissão tem preferência na votação sobre os demais.

§ 2º Na votação de projetos, as emendas terão preferência na seguinte ordem:

**I** - supressivas;

**II** - modificativas;

**III** - aditivas;

**IV** - substitutivas.

§ 3º Após a votação das emendas, será votada a proposição principal.

§ 4º As subemendas tem preferência na votação sob as respectivas emendas.

**Art. 169.** O adiamento da discussão de qualquer Proposição ficará sujeito à deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto durante a votação da mesma.

§ 1º A apresentação do requerimento não pode interromper o orador que estiver com a palavra e deve ser proposta para tempo determinado, não podendo ser aceito se a proposição tiver sido declarada em regime de urgência.

§ 2º Apresentados 02 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado de preferência o que estabelecer menor prazo.

**Art. 170.** O pedido de vista para estudo será requerido por qualquer Vereador, na ordem do dia, e deliberado pelo Plenário apenas como encaminhamento de votação, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência. (NR)

§ 1º O prazo máximo de vista é de 08 (oito) dias, sendo o Projeto incluído na pauta da Sessão seguinte, independente de parecer. (NR)

**Art. 171.** O encerramento da discussão de qualquer Proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

## **DAS VOTAÇÕES**

**Art. 172.** Encerrada a discussão de qualquer proposição, será ela submetida a uma única votação.

**Parágrafo único.** Quando esgotado o tempo regimental da Sessão e a discussão de uma proposição já estiver encerrada, considerar-se-á a Sessão prorrogada até ser concluída a votação da matéria.

**Art. 173.** Dependem de voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara, as Emendas à Lei Orgânica Municipal e ao Regimento Interno, sendo que nos demais casos a deliberação se fará tendo por base a maioria simples e o voto desenvolver-se-á das seguintes formas:

- a) simbólico;
- b) nominal;
- c) secreto.;
- d) eletrônico.

**Art. 174.** O processo Simbólico de votação ocorrerá somente quando o painel e o sistema eletrônico de votação não estiver em funcionamento.

§ 1º Ao anunciar o resultado da votação o Presidente declarará o número de votos favoráveis, contrários e as abstenções.

§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente poderá pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º Os Vereadores que aprovarem a proposição permanecerão sentados e os que a rejeitarem levantar-se-ão.

**Art. 175.** A votação nominal será feita por cada um dos Vereadores, uma vez autorizados pelo Presidente, se manifestando pelo SIM, pelo NÃO, ou pela abstenção.

§ 1º A votação ocorrerá no painel eletrônico, dependendo da posição contrária, favorável ou de abstenção de cada um dos Vereadores.

§ 2º. O Presidente proclamará o resultado consignado em conformidade com o que constar no painel eletrônico.

**Art. 176.** O voto secreto será adotado nas seguintes hipóteses:

- a) nos assunto que requeiram sigilo,  
assim compreendido mediante aprovação em Plenário;

b) nos assuntos considerados segredo de justiça, assim decididos pelo Poder Judiciário;

c) na eleição da Mesa Diretiva.

**Art. 177.** Havendo empate nas votações simbólicas ou nominais, serão desempatadas pelo Presidente.

**Art. 178.** Terão preferência para votação as Emendas supressivas e as Emendas substitutivas oriundas das Comissões.

**Parágrafo único.** Apresentadas duas ou mais Emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, sem proceder à discussão.

**Art. 179.** Anunciada uma votação, poderá o Vereador pedir a palavra para encaminhá-la ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, a menos que o Regimento explicitamente o proíba.

## DA REDAÇÃO FINAL

**Art. 180.** Terminada a fase de votação, será o Projeto com as Emendas aprovadas, enviadas à Assessoria Jurídica da Câmara para a redação do texto na forma da LC 95/98, dentro do prazo de 2 (dois) dias.

**Parágrafo Único -** O texto final ficará disposição dos vereadores por dois dias para a sua verificação.

**Art. 181.** Os Projetos com o parecer da Comissão de Justiça, ficarão na Secretaria da Câmara, para exame dos Vereadores, até o seu encaminhamento para a ordem do dia.

**Art. 182.** Assinalada a incoerência, omissão ou contradição da redação final, poderá qualquer vereador apresentar, na primeira Sessão seguinte, a divergência redacional para apreciação, correção ou confirmação do texto, pelo Plenário, vedada a alteração da substância do texto legal aprovado. (NR)

**Parágrafo único.** A contradição será votada na mesma Sessão e, se aprovada, será imediatamente retificada a redação final pela Mesa. (NR)

## CAPÍTULO VI - DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

**Art. 183.** Aprovado um Projeto de Lei na forma regimental, será ele, no prazo de 03 (três) dias, remetido ao Prefeito, que no prazo de 15 dias úteis, deverá sancioná-lo ou vetá-lo.

**Parágrafo único.** Decorrido o prazo sem manifestação do Prefeito, considerar-se-á sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Câmara, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas sob penade responsabilidade. Caso não o faça caberá ao Vice-Presidente fazê-lo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas subsequente.

**Art. 184.** Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente, dentro do prazo especificado no artigo anterior.

§ 1º Recebido o veto pela Câmara, será encaminhado à Comissão de Justiça, que poderá solicitar a audiência de outras Comissões.

§ 2º As Comissões tem o prazo conjunto e improrrogável de 10 (dez) dias para a manifestação sobre o veto do Prefeito Municipal.

§ 3º Se a Comissão de Justiça não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa incluíra a proposição na pauta da Ordem do Dia da Sessão imediata, independente de parecer.

**Art. 185.** A apreciação do veto será feita em uma única discussão e votação. A discussão se fará de forma generalizada e a votação poderá ser feita por partes, se decidida pelo Plenário.

**Parágrafo Único-** A discussão se fará de forma generalizada e a votação poderá ser feita por partes, se decidida pelo Plenário. (AC)

**Art. 186.** A apreciação do veto pelo Plenário, deverá ser feita dentro de 20 (vinte) dias, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Membros da Câmara Municipal, considerando-se acolhido o veto que não for apreciado nesse prazo.

**Parágrafo único.** A Mesa convocará, de ofício, Sessão Extraordinária para discutir o veto, se no período estabelecido neste artigo, não se realizar Sessão Ordinária.

**Art. 187.** Rejeitado o veto, o Presidente comunicará ao Prefeito Municipal, se este não o promulgar dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o Presidente da Câmara o fará em igual prazo.

**Art. 188.** As Resoluções e os Decretos Legislativos serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

**Art. 189.** A fórmula para a promulgação da Lei, Resolução ou Decreto Legislativo pelo Presidente da Câmara é a seguinte:

**I** - Leis (sanção tácita)

*"O Presidente da Câmara Municipal de Campo Bom FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, nos termos da Lei Orgânica do Município, PROMULGO a seguinte Lei:"*

Leis (veto total rejeitado)

*"FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Campo Bom manteve e eu PROMULGO, nos termos da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:"*

Leis (veto parcial rejeitado)

*"FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Campo Bom manteve e eu PROMULGO nos termos da Lei Orgânica do Município, os seguintes dispositivos da Lei nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_"*

**II - Resoluções e Decretos Legislativos**

*"FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Campo Bom aprovou e eu PROMULGO, o seguinte Decreto Legislativo (ou a seguinte Resolução)".*

## **DO CONTROLE FINANCEIRO CAPÍTULO I - DO ORÇAMENTO**

**Art. 190.** Recebido do Prefeito o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual., dentro do prazo legal, o(a) Presidente disponibilizará o referido Projeto de Lei, via sistema eletrônico da Câmara Municipal aos Vereadores, enviando-o à Comissão de Finanças, para parecer.

**Art. 191.** A Comissão de Finanças tem o prazo de trinta dias para exarar parecer.

**Parágrafo único.** Durante os primeiros vinte dias poderão ser oferecidas emendas, diretamente à Comissão, podendo sê-las apenas de transposição de rubricas e àquelas admitidas em lei.

**Art. 192.** Durante a discussão, os autores de Emendas podem falar 05 minutos sobre cada Emenda para justificá-la, nunca superando o prazo total de 30 minutos.

**Parágrafo único.** Terão preferência na discussão o autor da Emenda e o Relator.

**Art. 193.** Serão votadas, após o encerramento da discussão, primeiramente as Emendas, uma a uma, e depois o projeto.

**Art. 194.** Aprovado o Projeto com as Emendas, voltará a Comissão de Finanças, que terá o prazo de 05 dias para elaboração da redação final.

**Art. 195.** As Sessões em que for discutido o Orçamento será a Ordem do Dia reservada a esta matéria e o expediente ficará reduzido a 30 minutos.

**§ 1º** A Câmara funcionará, se necessário, em Sessão Extraordinária de modo que o Orçamento seja discutido e votado até 30 de dezembro.

**§ 2º** Se a discussão estiver ocorrendo no último dia do prazo, o Presidente, de ofício, prorrogará a Sessão até a discussão e votação final da matéria.

**Art. 196.** Não serão objeto de deliberação, as Emendas e os Projetos de Lei do Orçamento que contrariem os limites da Constituição Federal e Estadual.

**Art. 197.** Se até 30 dias antes do término do exercício financeiro, a Câmara não devolver o Projeto de Lei Orçamentária ao Prefeito, para a sanção, será promulgado o projeto originário do Executivo.

**§ 1º-** Enquanto o Projeto de Lei Orçamentária não for votado, após o dia 30 de dezembro, nenhum outro Projeto poderá ser votado antes desse.

**§ 2º-** Se houver veto total ou parcial, a discussão e a votação do veto obedecerão às normas previstas neste Regimento, devendo, entretanto, a matéria orçamentária ser votada em até 15 dias da data do protocolo do veto na Câmara municipal, sob pena de trancamento da pauta de votação para os demais projetos. (AC)

## **CAPÍTULO II - DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO E DA MESA**

**Art. 198.** O controle financeiro externo será exercido pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas compreendendo o acompanhamento, a fiscalização, a execução orçamentária, e a apreciação e julgamento das contas do exercício financeiro apresentados pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara. **(NR)**

**Art. 199.** A Mesa da Câmara e o Prefeito encaminharão suas contas anuais, ao Tribunal de Contas ou órgão competente, até o dia 31 de março, do exercício seguinte.

**Art. 200.** Recebidos os processos do Tribunal de Contas, a Mesa, independentemente da leitura do parecer em Plenário, disponibilizará os mesmos, via sistema eletrônico da Câmara Municipal aos Vereadores e os enviará à Comissão de Finanças, com a devida ciência ao prefeito ou ex-prefeito para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 dias.

§ 1º Esgotado o prazo de 15 dias concedido ao prefeito ou ex-prefeito, a Comissão de Finanças, no prazo improrrogável de 12 dias, apreciará o parecer do Tribunal de Contas, e elaborará projeto de Decreto Legislativo, dispondo sobre sua aprovação ou rejeição, nos termos da Lei. **(NR)**

§ 2º Se a Comissão não exarar o parecer no prazo indicado, o processo será encaminhado à pauta da Ordem do Dia, somente com o parecer do Tribunal de Contas.

**Art. 201.** Exarado o parecer pela Comissão, ou após a decorrência do prazo do artigo anterior, a matéria será distribuída aos Vereadores e os processos serão incluídos na pauta da Ordem do Dia da Sessão imediata.

**Parágrafo único.** As Sessões em que se discutam as contas terão o período do Grande Expediente reduzido para 30 minutos. **(NR)**

**Art. 202.** Para emitir o seu parecer a Comissão de Finanças poderá vistoriar as obras e serviços, podendo, também solicitar esclarecimento complementares ao Prefeito, para clarear pontos obscuros.

**Art. 203.** Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças, no período em que o processo estiver entregue a mesma.

**Art. 204.** As contas poderão ser submetidas a uma única discussão, após a qual se procederá, imediatamente, a votação.

**Art. 205.** Rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para os devidos fins.

**Art. 206.** A Câmara funcionará, se necessário, em Sessão Extraordinária, de modo a que as contas possam ser tomadas e julgadas dentro do prazo legal.



## **DOS RECURSOS**

**Art. 207.** Os recursos contra atos do Presidente serão interpostos dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição a ele dirigida.

§ 1º O recurso será encaminhado pelo Presidente dentro de 24 (vinte e quatro) horas à Comissão de Justiça, para opinar e elaborar projeto de Resolução, dentro de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

§ 2º Apresentado o parecer, com o Projeto de Resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido à uma única discussão e votação, na Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária subsequente.

## **DAS INFORMAÇÕES E DAS CONVOCAÇÕES**

**Art. 208.** Compete a Câmara solicitar ao Prefeito qualquer informação sobre assunto referente à Administração Municipal.

§ 1º Compete à Câmara solicitar ao Prefeito qualquer informação sobre assunto referente à Administração Municipal. (NR)

§ 2º Aprovado o pedido de informações pela Câmara, será encaminhado ao Prefeito, que tem o prazo de 15 dias, contados da data do recebimento, para prestar as informações.

§ 3º Pode o Prefeito solicitar à Câmara prorrogação de prazo por igual período justificadamente.

§ 4º Os pedidos de informações podem ser reiterados, se não satisfizerem ao autor, mediante novo requerimento, que deverá seguir a tramitação regimental.

**Art. 209.** Compete, ainda, à Câmara convocar mediante ofício os Secretários Municipais ou, dirigentes municipais para prestar informações sobre assunto de sua competência administrativa.

§ 1º A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

§ 2º O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas aos convocados. (NR)

§ 3º A convocação deverá ser atendida no prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 210.** O Prefeito poderá, espontaneamente, comparecer à Câmara para prestar esclarecimento, após entendimento com o Presidente, que designará dia e hora para a recepção.

**Art. 211.** Na Sessão a que comparecer, o Prefeito terá lugar à direita do Presidente e fará uma exposição sobre as questões que desejar esclarecer, prestando, a seguir, se concordar, esclarecimentos complementares solicitados pelos Vereadores.

§ 1º Não é permitido aos Vereadores apartear a exposição do Prefeito.

§ 2º O Prefeito poderá fazer-se acompanhar de Assessores Municipais, ficando todos sujeitos às normas estabelecidas neste Regimento.

§ 3º - O prefeito pode encaminhar carta de representação de secretário municipal para esclarecimentos.

## **DA INTERPRETAÇÃO E DA REFORMA DO REGIMENTO**

**Art. 212.** Qualquer Projeto de Resolução modificando o Regimento Interno, depois de lido em Plenário, será encaminhado à Mesa para opinar.

§ 1º A Mesa tem o prazo de 10 (dez) dias para exarar parecer.

§ 2º Dispensam-se desta tramitação os projetos oriundos da própria Mesa.

§ 3º Após esta medida preliminar, seguirá o Projeto de Resolução à tramitação normal dos demais processos.

**Art. 213.** Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais.

**Art. 214.** As interpretações do Regimento, feitas pelo Presidente, em assunto controverso, também constituirão precedentes, desde que a Presidência assim o declare, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

**Art. 215.** Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

**Parágrafo único.** Ao final de cada ano legislativo a Mesa fará a Consolidação de todas as modificações feitas no Regimento Interno, bem como dos precedentes adotados, publicados em separata.

## **DA OUVIDORIA PARLAMENTAR**

**Art. 216.** A Ouvidoria Parlamentar é o órgão da Câmara Municipal responsável por:

**I** - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

b) ilegalidades ou abuso de poder;

c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa.

**II** - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

**III** - propor à Mesa Diretora, a partir de reclamações e representações que chegam na Câmara:

a) medidas necessárias à regularidade dos serviços internos;

b) indicar inovações e melhorias que possam agregar qualidade aos processos internos;

c) propor a abertura de sindicância ou de processo disciplinar administrativo destinado a apurar irregularidades funcionais ou operacionais;

**IV** - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem de investigação;

**V** - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara Municipal sobre os assuntos institucionais de seu interesse dentro do prazo de trinta dias, a contar do seu recebimento, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período; **(NR)**

**Art. 217.** A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral, cargo que será ocupado pelo Vice-Presidente da Câmara.

§ 1º Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.

§ 2º Demais instruções acerca do funcionamento da Ouvidoria Parlamentar poderão ser instituídas por resolução própria.

**Art. 218.** Cabe à Mesa Diretiva, colocar a disposição do Ouvidor Geral, quando este solicitar e as Dotações Orçamentárias permitirem, os meios necessários para seu funcionamento, podendo utilizar serviços especializados e contratados nos termos da legislação pertinente.

## **DA COMISSÃO DE ÉTICA E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 219.** A comissão de ética destina-se à observância dos princípios éticos e as regras básicas de decoro, que devem orientar a conduta dos que estão no exercício do cargo de Vereador. (NR)

**Art. 220.** A Atividade de Vereador será norteada pela observância aos princípios da democracia, moralidade, legalidade, representatividade, compromisso social, respeito à vontade da maioria, isonomia, transparência, boa-fé e eficiência.

**Art. 221.** Fica assegurada ao Vereador a plena liberdade do exercício do mandato, à defesa de suas prerrogativas, bem como a supremacia do Plenário, em obediência aos preceitos constitucionais, legais e regimentais.

**Art. 222.** A Comissão de Ética será criada na forma do Regimento Interno, e terá a seguinte competência:

- a) zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo;
- b) apresentar proposições a Mesa, atinentes às matérias de sua competência, suas consolidações, visando manter a unidade do Código de Ética;
- c) oferecer parecer nas proposições legislativas que envolvam matérias relacionadas à disciplina e à ética do Vereador;
- d) responder às consultas da Mesa Diretora, das Comissões e dos Vereadores, relativamente a assuntos de sua competência;
- e) manter intercâmbio com as demais Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado Federal, visando o aprimoramento da atividade legislativa sob o aspecto ético;
- f) encaminhar à Presidência da Câmara, os esclarecimentos que julgar oportunos sobre matéria divulgada pela Imprensa, contendo ofensas à dignidade de Vereador ou do Poder Legislativo;

g) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

h) convocar Secretários Municipais e outras autoridades para prestar esclarecimentos sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

i) promover as diligências necessárias sobre assuntos de sua competência;

j) requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, necessários para desenvolvimento do seu trabalho.

**Art. 223.** A Comissão de Ética será composta por 03 (três) membros, eleitos por ocasião da eleição das demais Comissões, da forma prevista no presente Regimento.

**Parágrafo único.** Não poderão concorrer a membros da Comissão de Ética os integrantes da Mesa Diretora.

**Art. 224.** O Vereador que deixar de observar os deveres inerentes ao seu mandato previstos neste Regimento Interno e na Lei Orgânica ou praticar ato que afete a imagem da instituição, a honra ou a dignidade de seus membros,

estará sujeito às seguintes medidas disciplinares:

I - censura escrita;

II - suspensão temporária do exercício do mandato.

**Art. 225.** A Censura escrita será aplicada, se outra cominação mais grave não couber ao Vereador que:

I - continuar a perturbar a ordem das reuniões, mesmo depois de advertido pela autoridade competente;

II - praticar ofensas físicas ou verbais no recinto da Câmara Municipal, ou desacatar por atos e/ou palavras outro Vereador, à Mesa Diretora, Servidores ou Assistentes;

III - portar armas no recinto da Câmara.

**Art. 226.** A sanção de suspensão temporária do exercício do mandato será aplicada, pelo prazo de 30 (trinta) dias, ao Vereador que:

I - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer outra pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;

II - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às reuniões do Plenário, da Mesa Diretora ou de Comissão;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão hajam resolvido deva ficar em secreto.

**IV**– Negar-se de participar das Comissões para as quais for designado ou faltar, imotivadamente à três sessões ordinárias ou reuniões da comissão que integra, consecutivas ou não.

**Parágrafo único.** A sanção de suspensão temporária do exercício do mandato será aplicada pelo prazo de 90 (noventa) dias, ao Vereador que, na mesma legislatura, já tenha sido penalizado na forma deste artigo.

**Art. 227.** A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

**I** - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

**II**- Fixar residência fora do Município;

**III** - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

§ 1º O processo de cassação de mandato de Vereador seguirá o rito estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967.

§ 2º Considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar, além de outros previstos na legislação federal:

**I** - o abuso das prerrogativas parlamentares ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

**II**- a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;

**III** - a perturbação da ordem nas Sessões Plenárias, nas audiências públicas ou nas reuniões das Comissões;

**IV** – o uso, em discursos ou em votos, nas Comissões, de expressões ofensivas aos demais Vereadores ou a outra autoridade constituída;

**V** - o desrespeito ao Presidente e à Mesa Diretora e a prática de atos atentatórios à dignidade de seus membros;

**VI**- o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade da Câmara, na condição de Poder Legislativo do Município.

§ 3º A Mesa Diretora, de ofício, a requerimento de Vereador ou por representação de qualquer cidadão, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar as hipóteses de procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, remeterá a questão para investigação e apreciação pela Comissão de Ética, observado o que dispõe o presente Regimento Interno.

**Art. 228.** A sanção de censura escrita será aplicada mediante processo disciplinar simplificado, com notificação do Vereador para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias, podendo designar Advogado que acompanhará o processo em todas as suas fases, solicitando diligências e promovendo os atos necessários à sua defesa.

§ 1º Deverão ser repelidas, em decisão fundamentada, as diligências meramente protelatórias.

§ 2º Qualquer parte envolvida no processo terá acesso a todos os atos do procedimento até a sua conclusão, mediante compromisso de sigilo.

§ 3º Estando o processo disciplinar concluso, a Comissão de Ética, apresentará a sua decisão, no prazo de 10 (dez) dias e encaminhará à Mesa Diretora para aplicação da penalidade ou arquivará o processo, mediante decisão fundamentada.

§ 4º Cabe ao acusado direito de recurso ao Plenário no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da pena aplicada e será o mesmo apreciado na primeira Sessão Ordinária e deliberado pelo voto da maioria absoluta.

**Art. 229.** A sanção de suspensão temporária do exercício do mandato, será aplicada mediante procedimento disciplinar especial, e de competência do Plenário, que deliberará em escrutínio secreto e por maioria absoluta, mediante representação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Câmara.

**Art. 230.** O processo disciplinar especial contra Vereador, considerar-se-á instaurado quando do recebimento da representação de que trata o artigo anterior pelo Presidente da Comissão de Ética.

§ 1º O Presidente da Comissão de Ética convocará, no prazo de 2 (dois) dias, após o recebimento da representação, reunião exclusivamente destinada à designação do relator, mediante sorteio.

§ 2º Caso o relator se declare impedido, por motivos de foro íntimo, será feito novo sorteio, e, caso haja novo impedimento, o processo disciplinar deverá ser relatado pelo membro da Comissão mais votado nas últimas eleições e, em caso de impedimento deste, será obedecido este critério sucessivamente.

**Art. 231.** O Relator notificará o Vereador acusado para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A notificação prevista no *caput* deste artigo, deverá conter a indicação dos fatos e dos dispositivos em que se enquadra a conduta do notificado.

§ 2º Esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente da Comissão, encaminhará a representação à Presidência da Mesa, para nomeação de defensor, para que apresente defesa em igual prazo.

**Art. 232.** Apresentada à defesa, o relator procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessária, findas as quais apresentará parecer à Comissão, no prazo de 10

(dez) dias, concluindo pelo arquivamento ou pela procedência da representação.

**§ 1º** O parecer do relator será submetido à apreciação da Comissão, considerando-se aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos de seus membros.

**§ 2º** Em caso de aprovação de parecer pela procedência da representação, a Comissão, na mesma reunião, oferecerá Projeto de Resolução, apropriado para adoção da medida disciplinar aplicável à espécie.

**Art. 233.** O Plenário só deliberará acerca da aplicação das penalidades previstas, após conclusão da Comissão de Ética.

**Art. 234.** O sigilo durante a tramitação do processo disciplinar simplificado ou especial, será observado, sob pena de representação contra quem ter causa ao vazamento de informações.

**Art. 235.** A apuração de fatos e responsabilidades, quando a natureza assim o exigir, poderá a Comissão solicitar apoio de técnicos especializados, mediante solicitação a Mesa Diretor

**Art. 236.** Os primeiros membros da Comissão de Ética serão escolhidos após 30 (trinta) dias da entrada em vigor da presente Resolução.

## **TÍTULO VII- DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 237.** Nos dias de Sessão, deverão estar hasteadas na sala onde se realizar as reuniões, as Bandeiras do Brasil, do Estado e do Município.

**Art. 238.** Os prazos previstos neste Regimento quando não mencionar expressamente dias úteis, será contado em dias corridos e não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

**Parágrafo único.** Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

**Art. 239.** Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos pela Mesa, através de acordo de lideranças, e não havendo acordo, será decidido em plenário.

**Art. 240.** Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.



Gabinete da Presidencia, 23 de junho de 2025.

Ver. Kayanne Braga

**Presidente**



























